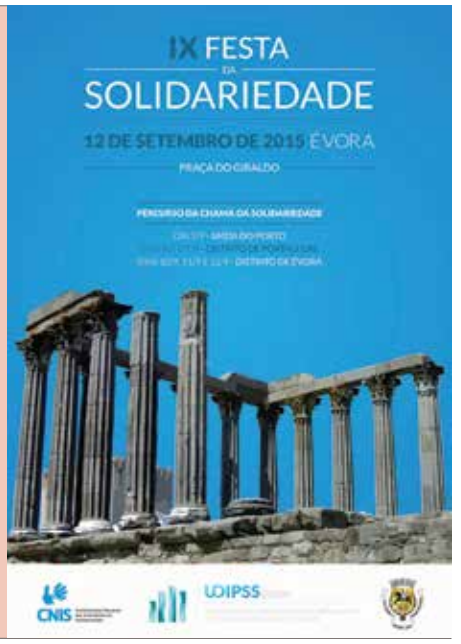
Director Padre Lino Maia |
| Director-Adjunto Eleutério Alves

Mensal |Julho 2015 |
Preço: 1 euro | 2.ª Série | N.º 195

SOLIDARIEDADE

CONSELHO GERAL DA CNIS

Festa da Solidariedade é dia 12 de Setembro em Évora



SEMINÁRIO EM FÁTIMA

As IPSS e o Desenvolvimento Local



FÉ E LIBERDADE

Pesidente da CNIS distinguido com prémio atribuído pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica



FUNDAÇÃO BEATRIZ SANTOS, COIMBRA

Serviços premium a baixo custo



CEDIARA, ALBERGARIA-A-VELHA

Envelhecimento ativo como premissa

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
4400 Devesas - V N Gaia
TAXA PAGA
PORTUGAL
Autorizado pelos CTT a circular em invólucro fechado de plástico.
Autorização DEO/415/204004/DCN
Mensário da CNIS

ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

Sector social é possível candidato a maior empregador nacional dentro de 30 anos?

José Leirião
CNIS



Como sabemos, excluindo o sector público, o sector social (economia social e solidária) é o segundo maior empregador nacional (5,5%) a seguir ao sector da construção(10,2%), valores referentes a 2010. Também sabemos que o século XXI, é o século do Social em todo o mundo, isto é, a sociedade, as pessoas têm de estar no topo da agenda política mundial o que, infelizmente, ainda não aconteceu.

Também sabemos que o sector da construção se encontra, desde há vários anos, em dificuldade, devido a razões que todos conhecemos que resultaram, também, da construção descontrolada, sem o devido acompanhamento previsional da relação procura-oferta, o que resultou num excesso de oferta da habitação e também os jovens casais optarem por outras soluções que não a compra, e ainda o elevado número de jovens emigrantes e a redução da natalidade.

Acresce também, o facto das Obras Públicas terem sofrido elevada redução nos últimos anos, situação que se irá manter por muito tempo, devido à situação orçamental do país. Todos estes factores, além de outros, tem impacto na redução da importância do sector da construção no médio e longo prazo, com reflexos negativos na criação de emprego.

No que se refere ao sector social, tem continuado a crescer de forma sustentada e significativa, empregando cerca de 270000 pessoas em finais de 2014, tendo sido criados cerca de 40000 novos postos de trabalho no sector nos últimos quatro anos e apoia, no âmbito da contratualização com a Segurança Social, cerca de 580000 pessoas, existindo mais de 13000 acordos celebrados entre o Estado e as IPSS. Portanto, é um sector com um elevadíssimo potencial de crescimento, atendendo à necessidade de responder, a muitos milhares de pessoas com as respostas sociais adequadas.

Por outro lado, como sabemos, o sistema capitalista neoliberal, reintroduzido por Ronald Reagan e Margaret Thatcher nos anos oitenta, assente em políticas monetaristas, para equilibrar o seu funcionamento e trazer benefícios razoáveis para as populações, têm de funcionar na perfeição os dois pilares fundamentais do sistema, que são: crescimento económico (cerca de 3% ano) e pleno emprego (taxa de desemprego entre 2 e 3% da população activa). Se estas duas condições de equilíbrio não se verificarem, o sistema capitalista vigente não cria empregos para todos, o que significa a criação de um exército de desempregados, que tem vários efeitos negativos na sociedade, que não vou agora referenciar.

Desde, muito antes, do início do sec XXI, que as duas condições acima referidas não se verificam na Europa, mais concretamente em Portugal e mais acentuadamente, após a adesão ao Euro.

A taxa de desemprego em Portugal, no ano 2000, era de 3.9%, tendo vindo a subir sistematicamente até 2014, registando-se uma taxa de 13,9%. No que respeita ao crescimento económico, o PIB português, desde 2000 a 2010, cresceu apenas 6,47% (média de 0,58% positivo ao ano), e de 2011 a 2014 teve um crescimento negativo de -6.56% (média negativa de -1.64% ao ano) anulando o fraquíssimo crescimento económico ocorrido desde 2000 a 2010, como resultado da política de austeridade.

Portanto, Portugal e também a Europa, encontram-se numa situação muito complicada, para a qual o sistema capitalista neoliberal, assente no funcionamento dos mercados financeiros, não dá resposta às necessidades da sociedade, no que respeita à criação de emprego líquido (isto é a criação de emprego ser superior à sua destruição).

Por outro lado, a globalização da economia e das finanças, trouxe elevadas complexidades, exigências e pressões muito fortes, que levam as empresas, para se manterem competitivas, a investir em novas tecnologias e reestruturações internas, que conduzem ao aumento permanente da produtividade, e que acabam por reduzir a necessidade de mão de obra. A criação do emprego no sector industrial exportador acontece, maioritariamente, para pessoas com elevadas competências, havendo poucas oportunidades para a população com competências médias ou mais baixas. Acresce ainda que estas empresas são deslocalizáveis. Em Portugal, o sector público também continua a reduzir significativamente emprego.

Em resultado dos desenvolvimentos acima mencionados, Portugal, para manter um certo nivel de emprego, ajustado às suas necessidades para ser um país viável, terá de apostar muito forte no sector social, e "soltar o potencial da economia social e solidária" (ver o meu artigo de Maio), criando oportunidades para aumentar fortemente nos próximos anos, o parque de equipamentos sociais, aumento de acordos para acréscimo de valências nos equipamentos existentes expandindo a sua capacidade e criando mais emprego através, também, das políticas activas de emprego dirigidas ao sector, com o objectivo de abranger todas as necessidades em todo o território português.

É um tipo de emprego, que abrange muitos milhares de pessoas com competências médias e baixas, ou seja, cria oportunidades às populações mais vulneráveis à redução geral de emprego no sector industrial e exigência de elevadas qualificações das empresas, que a economia gera desde há vinte anos.

O sector social, porque não está sujeito a oscilações de produção nem se deslocaliza, cria mais empregos sem termo, reduzindo a precaridade do emprego que prolifera em Portugal e por toda Europa.

Acreditamos pois, que o sector social (economia social e e solidária) é sustentável e criador de oportunidades de empregos sustentáveis no longo prazo, e que por esse motivo se irá aproximar de forma consistente, do primeiro empregador (sector da construção) e quem sabe, dado que somos optimistas, talvez tornando-se no primeiro empregador em Portugal!.

Cabe ao governo, e políticos constatarem esta realidade e desenharem as políticas públicas, em conjunto com as entidades representativas do sector social, para responderem a estes desafios. Tenho esperança que assim aconteça.

Premiar a excelência em iniciativas da sociedade civil

O Comité Económico e Social Europeu lança o Prémio para a Sociedade Civil 2015 no âmbito da luta contra a pobreza.

The 2015 EESC Civil Society Prize - Combating Povertry

O Objectivo deste prémio, que é instituído anualmente, destina-se a reconhecer as iniciativas das organizações da sociedade civil e/ou indivíduos que tenham feito uma contribuição significativa para promover a identidade e a integração europeia e no combate à pobreza.

O prémio é aberto às organizações da sociedade civil e indivíduos que estejam inscritos nos países no âmbito da União Europeia e que actuem ao nível nacional, regional ou local.

As candidaturas devem ser enviadas até ao dia 31 de Julho.

Os premiados serão notificados em 13 de Novembro.

Os contactos são os seguintes:

Mr Peter Lindvald Nielsen, Head of the EESC Communication Department Tel.: + 32 (0)2 546 92 99 Ms Anna Comi, Communication officer, Secre- tariat of the EESC Communication Department Tel.: + 32 (0)2 546 93 67

O endereço de e-mail é o seguinte: civilso- cietyprize@eesc.europa.eu.

Se houver alguma instituição / indivíduo interessado é favor contatar a CNIS, na pessoa do Dr. José Leirião.



Padre Lino Maia
Presidente da CNIS

As bases gerais da cooperação



1. Foi publicado no dia 30 de Junho último o Decreto-Lei nº 120/2015, que estabelece os princípios gerais da cooperação entre as IPSS e os departamentos do Estado que intervêm na definição e no desenvolvimento das políticas sociais.

Como tem sido hábito, a CNIS teve participação no processo legislativo, tendo formulado propostas no sentido da melhor adequação do diploma aos princípios reguladores do Sector Solidário. Aliás, a introdução deste tema na agenda legislativa deve-se à sua própria iniciativa, que, deste modo, numa forma legislativa de maior vinculação e estabilidade (um diploma legislativo), pretendeu salvaguardar as aquisições que a parceria entre o Estado e o Sector Solidário tem permitido consolidar nos últimos anos, nos sucessivos Protocolos e Compromissos de Cooperação.

Do texto legislativo, importa evidenciar algumas notas:

– Reafirmação do fundamento constitucional – art.º 63º, 5 da Constituição – para o apoio do Estado às Instituições Particulares de Solidariedade Social.

– Restrição do âmbito subjetivo de aplicabilidade do regime de cooperação às entidades do Sector Social e Solidário – e não, indiferenciadamente, ao chamado Terceiro Sector.

– Consagração, por via legislativa, do alargamento do regime de cooperação, além da Segurança Social, aos Departamentos estaduais do Emprego e Formação Profissional, da Saúde e da Educação, já previstos no Compromisso de Cooperação para 2015-2016.

– Submissão do citado regime de cooperação, no plano dos fundamentos teleológicos, aos princípios da subsidiariedade, proporcionalidade, solidariedade e participação – que são princípios nos quais as IPSS se reconhecem.

– Garantia expressa da estabilidade das relações entre o Estado e as Instituições, balizando a ação destas numa lógica de proximidade, qualidade e sustentabilidade. (No diploma base sobre a cooperação, de par com o princípio da proximidade e com a ambição da qualidade, é importante, em sede legislativa, esta garantia do critério geral da sustentabilidade, como parâmetro da atividade das Instituições.)

– Salvaguarda do princípio do atendimento privilegiado das famílias, indivíduos ou grupos económica e socialmente desfavorecidos.

– Definição dos instrumentos contratuais a celebrar entre o Estado e as IPSS: acordos de cooperação, acordos de gestão, protocolos e convenções (especificamente no âmbito do Ministério da Saúde).

– Alargamento da área da cooperação, em matéria de ação social, a novas modalidades de intervenção, em articulação com os serviços públicos competentes: Execução do Serviço de Atendimento e de Acompanhamento Social, Estratégias de ação inovadora e Participação nas Plataformas Supraconcelhias da Rede Social, com vista ao planeamento integrado do desenvolvimento social local e à elaboração de diagnósticos sociais.

– Obrigatoriedade de consulta às entidades representativas do Sector Social e Solidário no que toca a iniciativas legislativas que incidam sobre matéria de interesse na área da cooperação.

2. Dentre aquelas notas, impõe-se salientar que o diploma confere dignidade legislativa, assegurando eficaz tutela jurídica, a uma preocupação – e a uma tensão - que tem marcado a atuação dos dirigentes das IPSS: a conciliação, em tempos de crise económica profunda, como a que vimos atravessando, entre a marca identitárias das Instituições, de atenção preferencial aos mais desfavorecidos, e a necessidade de sustentabilidade, condição de preservação das respostas sociais.

Entre a atenção prioritária e a sustentabilidade, a lei manda salvaguardar as duas.

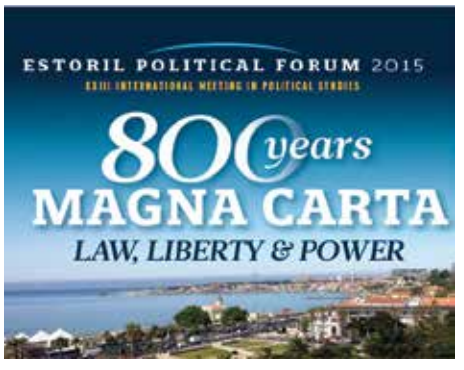
Ainda bem !…

São ambas essenciais.

3. Sendo ímpar a dimensão do Sector Social Solidário e a permanente disponibilidade de envolvimentos entre nós, é de saudar o facto de a Cooperação com o Estado passar a ficar dotado de um instrumento estável e duradouro, fora do campo do debate político de curto prazo, assegurando às Instituições e dirigentes solidários a previsibilidade que têm direito a ver reconhecida e respeitada pelos sucessivos titulares dos poderes públicos.

ATRIBUÍDO PELO INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS DA UC

Presidente da CNIS recebe Prémio Fé e Liberdade



O padre Lino Maia, presidente da CNIS, recebeu no dia 23 de junho o Prémio Fé e Liberdade, atribuído pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica, no âmbito do "Estoril Political Forum 2015".

Para o presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Nacional, o galardão representa um desafio para fazer mais e melhor. Lino Maia destacou o papel que as instituições de solidariedade estão a ter nestes tempos de crise e lembrou os milhares de voluntários envolvidos. "Quando se fala de respostas sociais, fala-se de uma comunidade que não desmobiliza, que se organiza e envolve-se e, particularmente nos momentos mais difíceis como o desta persistente crise, se comporta de uma forma resiliente e expansionista e em contraciclo, se comparada com os outros sectores tradicionais da sociedade portuguesa e com outras sociedades irmãs".

Em tempo de crise, o padre Lino Maia diz que é preciso "voltar a confiar nas pessoas", porque "quando a economia e a finança perdem contacto com o rosto do outro, tornam-se lugares não humanos". "As pessoas fiéis são sempre importantes para o bem comum e para a beleza da terra, e indispensáveis para sair de uma crise, porque sabem fazer uma abertura no teto da nossa casa comum e mostrar um céu mais alto para recomeçar", afirmou o líder da CNIS.

Lino Maia foi apresentado por Mário Pinto, já distinguido com o Prémio Fé e Liberdade. Na ocasião, o Professor Manuel Braga da Cruz, em nome do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica, justificou a distinção: "Quisemos este ano, distinguir a liberdade de iniciativa no domínio da solidariedade social. E ninguém melhor para a traduzir e a exemplificar do que o P. Lino Maia, Presidente da Confederação das Instituições de Solidariedade Social, cuja importância nunca é demais evidenciar nos tempos difíceis que atravessamos. O P. Lino Maia tem dedicado a sua vida a mobilizar a sociedade para ser solidária, apelando à responsabilidade primeira, que é da sociedade, de ser fraterna e atenta aos mais carenciados e necessitados. Ao atribuir-lhe o Prémio Fé e Liberdade, quisemos chamar a atenção para o exemplo do seu esforço, esclarecido e animado pela fé e pela caridade, em prol da iniciativa social solidária, em defesa do associativismo das instituições da sociedade empenhadas na prática da solidariedade. Em tempos de refundação do Estado Social, para defesa dos direitos sociais de todos, a sua atividade, norteada pelos princípios da defesa da dignidade humana, do bem comum, da solidariedade e da subsidiariedade, é uma poderosa demonstração do que pode e deve ser essa reforma."

Nascido há 67 anos em Vila do Conde, Lino da Silva Maia foi ordenado padre a 8 de julho de 1973, desempenhando, na diocese do Porto, as funções de responsável pela paróquia de Aldoar, na Cidade Invicta, e assistente eclesiástico da Obra Diocesana de Promoção Social. Líder da CNIS desde 2006, foi reeleito este ano para mais um mandato enquanto presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, a principal organização representativa das Instituições Particulares de Solidariedade Social em Portugal.

Condecorado em Abril pelo presidente da República com o grau de grande-oficial, Lino Maia assume a coordenação da instituição que agrega cerca de 2600 entidades que empregam 100 mil funcionários e servem 500 mil utentes. A distinção homenageia personalidades que, de acordo com o Instituto de Estudos Políticos, dão testemunho, na sociedade portuguesa e em diferentes áreas de intervenção, de fé e liberdade.

Em anos anteriores, o prémio foi atribuído a Alexandre Soares dos Santos, Mário Pinto, Monsenhor João Evangelista e Maria Barroso, bem como ao Arcebispo da Beira, Moçambique, D. Jaime Pereira Gonçalves.

COOPERAÇÃO

Decreto-Lei estabelece bases gerais Portaria define novas regras e critérios

Foram publicados, nos últimos dias de junho, dois importantes diplomas relativos à cooperação entre o Estado e as IPSS: o Decreto-Lei nº 120/2015, de 30 de Junho; e a Portaria nº 196-A/2015, de 1 de Julho.

No que se refere ao Decreto-Lei nº 120/2015, trata-se de um diploma que estabelece o que poderíamos designar como as bases gerais da cooperação, definindo os princípios, procedimentos e modalidades de acesso à cooperação com os vários Departamentos da Administração Pública, abrangendo, na esteira do Compromisso de Cooperação para 2015/2016, os Departamentos da Segurança Social, do Emprego e Formação Profissional, da Saúde e da Educação.

Henrique Rodrigues, assessor jurídico da CNIS, explica que trata-se de "matéria inovadora, uma vez que não existia, até agora, qualquer tradição legislativa sobre esta matéria – consagrando, nesta forma juridicamente mais forte, uma sugestão oportunamente apresentada pelo Presidente da CNIS".

A nova lei prevê, como instrumentos de cooperação, os acordos de cooperação, os acordos de gestão, os protocolos e as convenções.

Novas regras e critérios

As novas regras e critérios de contratualização entre o Instituto de Segurança Social e as instituições particulares de solidariedade social foram publicadas em Diário da República e entraram em vigor no dia 3 de julho.

A portaria do Ministério da Solidariedade, Emprego e Solidariedade Social define "os critérios, regras e formas em que assenta o modelo específico de cooperação entre o Instituto de Segurança Social (ISS) e as instituições particulares de solidariedade Social (IPSS) ou legalmente equiparadas".

O assessor jurídico da CNIS, Henrique Rodrigues, refere que "a Portaria nº 196-A/2015 é um diploma que teve também, como tem sido habitual, a participação da CNIS no processo legislativo – compromisso de consulta que consta, aliás, como vinculativo para o Estado, no Decreto-Lei nº 120/2015, de 30 de Junho, acima referido. Esta Portaria revoga e substitui o Despacho Normativo nº 75/92, de 20 de Maio, diploma que, durante mais de 20 anos, enquadrou a cooperação entre as IPSS e o sistema de Segurança Social".

Entre outras regras, a legislação estabelece o número máximo de utentes que a resposta social pode comportar, as comparticipações familiares devidas pela utilização dos serviços e equipamentos sociais e a comparticipação financeira da segurança social no âmbito dos acordos de cooperação celebrados.

Segundo a portaria, a cooperação visa, entre outros objetivos, desenvolver respostas sociais através de uma rede de serviços e equipamentos, garantir uma maior eficácia e eficiência dos recursos de resposta às necessidades das populações e promover iniciativas que concretizem medidas inovadoras de caráter social para capacitação das pessoas e desenvolvimento das comunidades.

O Governo refere na portaria, assinada pelo secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social, Agostinho Branquinho, que as entidades da economia social têm um papel fundamental no apoio a todas as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade.

As instituições de solidariedade social são "um instrumento mais próximo dos cidadãos e com maior capacidade de resposta às situações de carência e de desigualdade social", afirma.

Relativamente à Segurança Social, a portaria refere que o "Estado tem valorizado o papel das instituições" e "promovido a cooperação", concretizando "a repartição de obrigações e responsabilidades com vista ao desenvolvimento de serviços e equipamentos sociais que visam a proteção social dos cidadãos".

COLÓQUIO

Os desafios da atividade e do financiamento

«Organizações da Economia Social: os desafios da atividade e do financiamento» foi o mote do colóquio que a UDIPSS Porto, a Interbolsa e a Bolsa de Valores Sociais organizaram em conjunto no passado dia 17 de Junho e que pecou apenas pela fraca adesão de público.

A temática é pertinente e perfeitamente atual e os três convidados que preencheram a tarde de trabalhos, para além da riqueza informativa que transmitiram, lograram suscitar o debate e prender a atenção do pouco público presente.

Das três comunicações, talvez a mais reveladora para os presentes tenha sido a de Sílvia Taveira de Almeida sobre a BVS – Bolsa de Valores Sociais, que mais não é do que uma plataforma de encontro entre as instituições sociais necessitadas de financiamento e os investidores sociais, sejam eles individuais ou coletivos.

À semelhança do que acontece com os mercados de mercadorias e de capitais, a BVS "é o ponto de encontro de três grandes tipos de ativistas: os empreendedores sociais, os indivíduos e as empresas", sustentou a presidente da entidade atualmente detida pela Fundação EDP.



No fundo, a BVS dá resposta à principal questão que cada um daqueles ativista coloca: "Como posso financiar o meu projeto de mudança social? (Empreendedores sociais); Como posso investir na sociedade de forma a ter maior impacto? (Empresas); e Como posso realmente fazer a diferença? (Indivíduos)".

Em cinco anos de atividade, a BVS tem 59 projetos cotados, 37 projetos financiados, 1815 investidores sociais, 14 empresas investidoras sociais, 1,9 milhões de euros angariados para projetos sociais e 33 mil pessoas beneficiadas diariamente.

A fechar, Sílvia de Almeida revelou as vantagens da Bolsa de Valores Sociais para as instituições sociais: "Diversificação das fontes de financiamento da organização; organização da informação sobre projetos e/ou atividades de forma a torná-los «financiáveis» numa lógica de investimento social; ponte de comunicação entre organização e financiadores; e estruturação da análise e medição de impacto social".

Recorde-se a propósito deste último item, que a introdução da avaliação de resultados (leia-se impacto social) é uma das grandes alterações que o Portugal 2020 tem relativamente aos anteriores Quadros Comunitários de Apoio.

Por seu turno, Jorge Mayer, do Centro Comunitário de São Cirilo e da Fundação EDP, abordou o programa de voluntariado da elétrica portuguesa numa alocução intitulada «As competências das empresas ao serviço do setor da Economia Social».

O responsável pela gestão do Voluntariado EDP começou por apresentar este programa, referindo que a empresa "concede em média quatro horas semanais a cada trabalhador em horário laborar para trabalho voluntário", extensível a oito horas, envolve um universo de 12 mil trabalhadores e abrange os 13 países em que a EDP labora, com "o objetivo de colocar o capital humano da EDP ao serviço do Terceiro Setor".

De seguida, Jorge Mayer abordou o voluntariado de competências, uma das prioridades do programa da EDP, e que no fundo consiste em facilitar o voluntariado nas áreas em que os voluntários são especialistas.

Este tipo de voluntariado é importante para as instituições sociais pois colmata a "falta de recursos para a contratação de serviços qualificados" e estes "permitem às organizações sociais ir mais longe e fazer mais e melhor pelos beneficiários e pela sociedade em geral". Neste sentido, a Fundação EDP criou as bolsas de eletricistas e de verificadores de eficiência energética.

A fechar, Maria Alvim, secretária-geral da Associação Albergues Nocturnos do Porto, deu a conhecer o trabalho de modernização que vem sendo desenvolvido na IPSS que dirige e que este ano completa 133 anos de existência.

A par disso, Maria Alvim demonstrou como é que na instituição se tem apostado na comunicação com o exterior e ainda no marketing e angariação de fundos, em especial com a criação de um departamento que apenas trata dessas questões.

CENTRO COMUNITÁRIO SÃO CIRILO, PORTO

Primeiro-ministro agradado com resposta a imigrantes

Num tempo em que muito se fala das vagas de imigrantes que procuram a Europa, fugindo da fome, da guerra e das perseguições religiosas, o primeiro-ministro Pedro Passos Coelho visitou o Centro Comunitário de São Cirilo, no Porto, instituição que, desde 2010, acolhe e apoia aqueles que procuram Portugal em busca de uma vida melhor.

Fornecer ferramentas para que estes imigrantes, muitos deles sem nada ou quase nada, possam começar de novo é o grande propósito da instituição dirigida pelo sacerdote jesuíta Filipe Martins.

O convite para a visita ao Centro Comunitário São Cirilo partiu do presidente da CNIS, padre Lino Maia, que sublinhou o papel da instituição portuense, nascida quando a crise rebentou em Portugal, mas mesmo assim conseguiu vingar.

Aliás, o padre Lino Maia voltou a destacar a importância do Setor Social Solidário no "atenuar das consequências da crise sobre os portugueses", relembrando que "não houve instituições a fechar portas e não houve despedimentos", sendo que "o Setor Solidário foi o que mais contribuiu para a criação de postos de trabalho" neste período de grande desemprego.

O padre Lino Maia recordou ainda a recente aprovação em Conselho de Ministros do decreto-lei sobre Cooperação, que espera promulgação da Presidência da República, e que será muito importante para o futuro relacionamento entre o Estado e o Terceiro Setor.

Por seu turno, Passos Coelho sustentou que "Portugal está disponível para oferecer mais acolhimento e mais resposta a estas pessoas que precisam de ter um acolhimento maior dentro da União Europeia", referindo que o desafio é também "cuidar bem" dos que querem regressar.

O governante considerou que, se Portugal "quer manter boa prestação" neste domínio, "tem de ser muito equilibrado na forma como dirige as suas respostas para aqueles que precisam e que estão cá, tal como para os que vêm de fora".

O primeiro-ministro referiu ainda um relatório apresentado no passado dia 12 de Junho sobre a imigração em 38 países desenvolvidos, que identificou Portugal "como o país do sul da Europa que mais bem promove o combate à discriminação e melhor promove a integração" de comunidades imigrantes.



Sobre o acolhimento de imigrantes na União Europeia, Passos Coelho assinalou ser necessário encontrar critérios que permitam "ter em conta quer a dimensão do território humano, dimensão demográfica da sociedade que acolhe imigrantes, quer o seu nível de desempenho económico, e também o nível de desemprego".

A cerimónia contou ainda com a presença de D. António Francisco dos Santos, Bispo do Porto, e de uma vasta plateia composta por utentes e colaboradores do Centro Comunitário de São Cirilo, mas igualmente de dirigentes de outras IPSS da cidade Invicta. Presente estiveram igualmente o secretário de Estado da Segurança Social, Agostinho Branquinho, e a diretora do Centro Regional da Segurança Social do Porto, Ana Venâncio, entre outras personalidades.

SEMINÁRIO, FÁTIMA

Desenvolvimento local e o papel das IPSS

Com o novo Quadro Comunitário de Apoio (QCA), agora denominado Portugal 2020, de candidaturas abertas, a CNIS promoveu, em Fátima, um seminário subordinado ao tema «As instituições e o desenvolvimento local», que contou com as participações, entre outros, de dois membros do Governo, mais concretamente dos secretários de Estado do Desenvolvimento Regional e da Segurança Social, Manuel Castro Almeida e Agostinho Branquinho, respetivamente.

Na abertura dos trabalhos, Castro Almeida, secretário de Estado responsável pelo programa Portugal 2020, apesar de não ter transmitido grandes novidades aos dirigentes e técnicos das IPSS presentes, passou a mensagem de que o País "tem que mudar a forma de aplicar os fundos europeus", porque "as coisas como estão não estão bem", sublinhando que "o objetivo é chegar a 2020 mais perto da média europeia", da qual, como o próprio disse, Portugal divergiu 1% no anterior QCA.

"Temos que fazer diferente e por isso vamos deixar de dar tanta importância à obras e temos que nos virar para o rendimento das pessoas", sustentou o secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, destacando: "A grande prioridade é apoiar as empresas que queiram investir, ou seja, a grande prioridade é a economia por causa do social".

Castro Almeida revelou ainda que "a área, relativamente ao QREN [anterior QCA], que mais cresce é a da inclusão social", com as verbas a triplicarem relativamente à última remessa de fundos europeus, passando de 500 milhões de euros para 1,5 milhões de euros.

Com o objetivo de melhorar a coesão social, o Governo lança mão de alguns programas, como os DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária), para zonas urbanas e zonas rurais de baixa densidade, uma das novidades do Portugal 2020, e ainda dos PEDUS (Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano Sustentável, para o qual estão adstritos cerca de 800 milhões de euros e que tem como prioridades a mobilidade urbana, a regeneração urbana e as comunidades urbanas desfavorecidas.

A terminar, Castro Almeida abordou superficialmente o POISE (Plano Operacional de Inclusão Social e Emprego) – que vem substituir de certa forma o POPH (Programa Operacional de Potencial Humano) – e o PIS (Portugal Inovação Social), cuja dotação específica é de 150 milhões de euros.

Seguiram-se as alocuções de Miguel Alves Martins, da IES - Social Business School, sobre «Empreendedorismo Social», e de Patrícia Rêgo, da Universidade de Évora, sobre «Coesão Social e Territorial».

Miguel Alves Martins começou por definir Empreendedorismo Social como a "capacidade de criar soluções", recorrendo ainda a uma definição de Filipe Santos, responsável pelo POISE, que em 2012 escreveu no «Journal of Business Ethics»: «Empreendedorismo Social é o processo de procura e implementação de soluções inovadoras e sustentáveis para problemas importantes e negligenciados da sociedade que se traduz em Inovação Social sempre que se criam respostas mais efetivas (relativamente às alternativas em vigor) para o problema em questão».

De seguida, o investigador identificou "a inovação, a sustentabilidade, o empoderamento, o impacto e a escala" como as principais características do Empreendedorismo Social, um conceito que, segundo ele, "está atualmente a ganhar especial relevância na nova geração, no setor público, nas fundações e no setor privado".

No entanto, Miguel Alves Martins deixou uma ressalva: "Esta mudança não é ainda suficiente, porque o setor social é a base da economia social e o seu envolvimento é essencial para o sucesso deste movimento".

Por isso, defendeu que "o Empreendedorismo Social no Setor Social é um caminho evolutivo que vai levar a um equilíbrio de soluções, com um foco assistencialista e um foco transformador".

De seguida, apresentou alguns exemplos de sucesso de empreendedorismo social, como o ColorADD (uma solução prática para os daltónicos), Doctor Gummy, da Associação do Monte Pedral («gomas saudáveis») e ainda os livros de histórias da Ajudaris.

O investigador da IES recordou que aqueles "exemplos refletem tendências", evidenciando algumas: "Novos modelos focados na eficiência e/ou criação de valor; preocupação dos financiadores/investidores com resultados e medição de impacto; importância da capacitação; e aposta em escala".

De seguida, Patrícia Rêgo abordou «A coesão social e territorial através do reforço do networking», fazendo um enquadramento conceptual, referindo a originalidade das organizações do Terceiro Sector e a sua relação com o desenvolvimento local, fechando com a apresentação do caso da plat.for.evora, um projeto com coordenação da Fundação Eugénio de Almeida.

Relativamente ao enquadramento, a geógrafa da Universidade de Évora começou por relevar algumas das características das instituições do Terceiro Sector, "com influência nas suas atividades e projetos, como o laço social (primário), a proximidade geográfica, o







acesso ao espaço civil «público», através do desenvolvimento da participação cívica e as parcerias com o Estado Central e Local".

Depois, a investigadora referiu que "o modo como articulam as vertentes social e económica (e as diferentes economias: mercantil, não mercantil e não monetária) para fazer vingar projetos que ajustam a oferta e a









procura de serviços nas áreas da educação, do ambiente, da cultura, da saúde e/ou do bem-estar" são claramente diferenciadoras, sublinhando que "a construção da confiança e a «hibridização» entre recursos económicos nas instituições sociais são dois aspetos que tornaram estes serviços acessíveis a categorias da população excluídas pela idade, sexo, emprego, rendimento ou etnia, contribuindo assim para o reforço da coesão social".

Por fim, a investigadora lembrou que "as organizações do Terceiro Setor têm vindo a promover novos caminhos para solucionar problemas que se acentuaram com a atual crise e, em particular, com a redução do Estado Social no campo dos apoios que lhes são concedidos", apontando como uma solução possível "a promoção da inovação social e tecnológica, dando espaço à imaginação e criatividade".

Contudo, Patrícia Rêgo sustentou que "a inovação tem dificuldade em emergir onde há défice de qualificações e de colaboração (capital social), quer em termos individuais quer no âmbito coletivo, pois nestes casos o «networking» e a mediação institucional são habitualmente débeis".

A este propósito a investigadora lamentou que "as instituições não estejam muito abertas à colaboração recíproca que é a chave da inovação social".

É nessa perspetiva que surge a plat.for. évora cujo "principal objectivo é compreender até que ponto as relações de proximidade são capazes de promover a partilha de recursos através de plataformas locais, reforçando o capital relacional das organizações do Terceiro Setor", para além de um conjunto de outros de grande relevância: "Até que ponto a inovação social tem a capacidade transformativa desejada; qual a expressão e como o «networking» de proximidade contribuem para o progresso das comunidades; qual o papel da liderança e da participação ativa dos «stakeholders» e das populações; e até que ponto é importante o cruzamento de vários tipos de conhecimento para o progresso local e para a coesão social".

De seguida, Patrícia Rêgo revelou a metodologia utilizada e alguns dos resultados obtidos, concluindo as novas questões/desafios se colocam às instituições do Terceiro Setor: "A colaboração recíproca é o grande estímulo da inovação social, na medida em que permite explorar as diferenças e vai para além das perspetivas individuais. Como estimular a reciprocidade?; A proximidade geográfica pode ser uma condição essencial para a colaboração, não é contudo suficiente para assegurar a proximidade relacional. Como combater os fortes défices de confiança das organizações do Terceiro Setor?; Até que ponto falta um sentido coletivo e a ideia do bem comum para fomentar essa colaboração?; Como recuperar a comunicação ao nível local quando os espaços públicos e de uso coletivo são cada vez mais escassos, sobretudo nas cidades?; Como combater a complexidade (desnecessária) e incentivar a entreajuda no campo da gestão das organizações do Terceiro Setor?".

Após um pequeno período para perguntas e respostas, durante o qual os dois preletores sustentaram que a existência de uma estrutura que reúna a informação de todos os investidores e financiamentos disponíveis e promova a partilha é algo importante, avançando a ideia de a CNIS patrocinar a sua concretização, quatro IPSS apresentaram-se aos presentes, dando a conhecer o trabalho que têm feito e os seus contributos para o desenvolvimento local.

Jaime Ramos apresentou a Fundação ADFP, de Miranda do Corvo, Manuel Araújo a Engenho, de Vila Nova de Famalicão, Castanheira Pinto a Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros e ainda Luísa Amorim a Bagos de Ouro, Porto.

A fechar os trabalhos, o secretário de Estado da Segurança Social começou por agradecer "o trabalho que as instituições sociais solidárias têm feito, em especial nos últimos quatro anos", elencando, de seguida, algumas das medidas tomadas pelo atual Governo, como as aprovações da Lei de Bases da Economia Social e do novo estatuto das IPSS (Decreto-lei 172-A), destacando "o papel importante da CNIS" na sua elaboração, a assinatura dos Protocolos de Cooperação bianuais e ainda a descentralização de competências que está em curso.

Agostinho Branquinho deixou novo elogio à CNIS e, em especial, ao padre Lino Maia pelo seu papel no decreto-lei, já promulgado pela Presidência da República, que "determina as bases da cooperação" e que estabelece uma espécie de "parceria público-social com as instituições sociais solidárias.

A fechar, o governante deixou uma mensagem de incentivo: "Os novos tempos exigem partilha e que deitemos abaixo os muros que nos separam para assim alcançarmos melhores resultados".

Pedro Vasco Oliveira (texto e fotos)

FUNDAÇÃO BEATRIZ SANTOS, COIMBRA

Promover a dignidade humana é a prioridade

A primeira ideia que se tem ao entrar nas instalações da Fundação Beatriz Santos, em Lordemão, à entrada de Coimbra, é que se está perante um hotel, no mínimo de quatro estrelas, e não de um lar de idosos. Isto acontece não apenas pelo requinte do edifício, mas também em pormenores como as obras de arte espalhadas pelo espaço, a luminosidade do mesmo, o colorido das paredes, a ausência de odores, os equipamentos de suporte à estadia dos utentes ou o serviço prestado

"Pela grande qualidade das nossas obras temos feito perceber às pessoas que todas as pessoas têm lugar na Fundação Beatriz Santos", começa por explicar Paulo Santos, presidente da instituição, que acrescenta: "Não é a carteira delas, mas são as pessoas e, principalmente, as que procuram a dignidade humana. As nossas obras são todas sociais/solidárias. É verdade que tem um custo, mas os que não podem pagar também têm solução".

Nesse prisma, o presidente da Fundação dá o exemplo da Cantina Social que tem protocolizadas 45 refeições/dia, mas diariamente são servidas 100, "porque há gente que não pode pagar", refere, sublinhando: "Essa é a nossa obrigação e, fruto da nossa atividade, amealhamos uns tostões e propiciamos resposta a quem mais precisa".

Proprietário do Instituto Educativo de Lordemão, Paulo Santos apercebeu-se da necessidade sentida na comunidade em ter uma creche, uma vez que o estabelecimento de ensino, com contrato de associação com o Ministério da Educação, apenas dava resposta em pré-escolar, ensino primário e 2º e 3º ciclos.

"Na altura não estava nada sensível para essa questão da creche e questionei-me se seria uma creche lucrativa ou uma creche social. Só nessa altura percebi o que era uma IPSS e foi quando me deu o clique e pensei que poderia era fazer uma outra obra", começa por recordar, explicando como decidiu avançar para a criação de uma IPSS: "É quando nasce a Fundação Beatriz Santos, uma obra que, para além de ser uma IPSS, tem de certa forma uma gestão muito mais responsabilizada para quem promove, mas também temos a capacidade de controlar o que é o seu desenvolvimento e crescimento, ao contrário das associações onde toda a gente manda. Aqui só manda quem sabe ou quem pode! A partir da creche é que surge a Fundação Beatriz Santos, em 1999".

O alargamento da resposta social da Fundação à terceira idade acontece aquando do falecimento do pai de Paulo Santos: "Foi nessa altura que percebi o que era o drama de um lar, porque não havia lares e os que havia tinham paredes sem alma, um tratamento pouco humanizado e pouco medicalizado, o que me deixava muito chocado. É quando nasce o Domus Vitae, que era para ser um lar e depois se transformou numa Unidade de Cuidados Continuados (UCC), pois percebi que era aquilo que queria, isto é, medicalizar o trabalho social. Por isso, agarrei os Cuidados Continuados, com 42 camas, e assim entrámos na área da Saúde".

Paulo Santos confessa que a experiência da UCC fez a organização perceber ainda melhor como deve ser uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), que "deve ser um espaço de convívio e de relação, mas também de prevenção às situações, onde deve existir muita enfermagem, medicina e muita terapia, como a fisio, a osteo, a homo, etc.", no fundo, tudo aquilo que "vise a estimulação cognitiva e motora para promover o envelhecimento ativo das pessoas".

É então que, integrado na mesma área onde estão sedeados o Instituto, a creche e o Domus Vitae, é edificado o Domus Aeminium, uma ERPI com 40 quartos e capacidade para 80 utentes, inaugurado há cerca de dois meses e que já acolhe 30 utentes.

O equipamento, que integra ainda uma clínica de fisioterapia com piscina de recuperação e bem-estar, ocupa uma área de 6.500 metros quadrados e teve um custo de quase cinco milhões de euros, em que 1,5 milhões foi financiado pelo POPH e o restante resultou de autofinanciamento, com um empréstimo à banca e ainda verbas da Fundação. Para além disso, a instituição acedeu ao Fundo de Reestruturação do Setor Social (FRSS), do qual recebeu 500 mil euros, tendo recebido ainda igual verba por via da linha de crédito de apoio à tesouraria do Montepio Geral.

"Saúdo a CNIS no apoio às IPSS, porque criou condições para que esta casa pudesse, através do FRSS, bem como da linha de crédito de apoio à tesouraria, fazer esta obra. Sem isso não poderíamos ter avançado e, assim, mantemos uma estabilidade de funcionamento ao nível da tesouraria, projetámos o negócio e estamos, neste momento, a fazer uma exploração muito tranquila", congratula-se o líder da Fundação.

Importante para Paulo Santos tem sido a forma como aborda os projetos, assentando a prática em avaliações muito cuidadas e projetos muito sólidos. Investir forte no projeto para retirar ganhos na exploração é a forma como tem construído e desenvolvido a instituição, sendo que uma das







grandes preocupações na edificação do Domus Aeminium se centrou na eficiência energética.

"Fizemos isto sempre com a preocupação de termos um custo de exploração baixo para termos também uma mensalidade baixa para os utentes e desta forma o equipamento estar disponível para toda a gente", sublinha, referindo ter havido "uma grande preocupação com a sustentabilidade e inovação" com grande enfoque nas questões ambientais e energéticas.

No sentido de alcançar baixos custos de exploração, a Fundação Beatriz Santos

optou por um sistema de climatização do edifício e produção de água quente com base na geotermia, regeneração de energia, produção e gestão de energia elétrica, circuito CCTV e iluminação LED, tudo integrado num sistema de controlo geral que recorre à domótica (tecnologia responsável pela gestão de todos os recursos habitacionais), onde tudo é controlado através de computador.

"No Domus Aeminium, que é um lar de idosos, uma clínica de saúde e um auditório, um espaço vivo e de grande qualidade, tivemos, desde a primeira hora, grandes preocupações de sustentabilidade. Sendo uma obra de grande qualidade é uma obra solidária e social, porque permite que o utente beneficie do Acordo de Cooperação com a Segurança Social. E isso acontece porque o custo de exploração, com o gás, a água, o aquecimento ou a iluminação são reduzidos", explica, continuando: "Quando «fabricámos» este edifício, reunimos um conjunto de especialistas que criaram condições para que tivéssemos a temperatura de 18 graus em tempos normais através da geotermia. Verão ou inverno conseguimos sempre ter 18 graus que vêm debaixo da terra. A temperatura de conforto é de 22 graus, acima disso é de mais, abaixo disso pode ser frio, pelo que o consumo de gás ou de energia é apenas para quatro graus, porque o resto vem da geotermia. Antecipadamente, na construção, já pagámos os 18 graus que, em termos de exploração, no final de dois anos estão pagos. Depois toda a iluminação é feita através de LED, que não só duram mais, como ainda consomem menos para produzir mais energia. Mas fomos mais longe, porque utilizámos em todo o processo um balastro próprio – transformador de energia – que permite fazer a leitura da quantidade de luz natural que entra pelas vidraças e que faz a compensação. Por exemplo, definimos que uma sala tem que ter 400 lux, se de luz natural entram 200 lux, então essas lâmpadas só acendem até 200 lux e, assim, só gasta metade do que devia gastar. E isto tem um impacto brutal no consumo. Na iluminação, neste momento, há uma poupança de 40%, o que significa que, em termos de exploração, em dois anos, o investimento nos LED tem um custo zero".

Para Paulo Santos fornecer um serviço premium a baixo custo é o objetivo primordial da Fundação que dirige, sendo que subjacente a isto está sempre a promoção da dignidade humana. Nesse sentido, o próximo grande projeto da instituição, que o responsável pretende submeter ao Portugal 2020, é a Escola de Artes, Empreendedorismo, Inovação e Inclusão Social, que tem na base a criação do Centro de Reabilitação Profissional de Coimbra, um lugar para "todos os cidadãos independentemente da sua patologia, normalidade ou disfuncionalidade".

Após perceber que "é preciso dar resposta a uma necessidade que é nacional e que é a da deficiência, congénita e adquirida", e aproveitando o facto de a Fundação ser atualmente a gestora da ARCA – Escola de Artes de Coimbra, que se situa em frente ao complexo onde a instituição está sedeada, Paulo Santos pretende construir uma resposta que apoie "aquele que nasce com um problema e que tem necessidade que os profissionais e as organizações o possam apoiar para que o seu sofrimento ou a sua insuficiência possam ser transformadas em proatividade naquilo que é a capacidade de realizar com normalidade tarefas, quiçá ser uma pessoa de grande autonomia e grande valor, dependendo naturalmente da patologia".

O projeto é ambicioso, mas não demove o seu ideólogo, que o explica de forma simples: "Como temos uma escola profissional e uma outra através da ARCA, o objetivo é fazer o desenvolvimento desta área de resposta, concretamente, a reabilitação ortopédica através da formação de pessoas para a construção de próteses ortopédicas. E este é o curso que vai iniciar-se no próximo ano letivo na ARCA, que é uma escola profissional. Então, teremos o Centro de Reabilitação Profissional de Coimbra (CPRC), com uma unidade de reabilitação, mas também uma unidade de formação profissional. Por outro lado, faremos uma aposta constante na investigação, isto é, na organização de seminários, congressos e publicações, onde entra a nossa parte cultural. E aqui falamos também no desenvolvimento de talentos. Depois, é necessário um CAO para as atividades de quem frequenta o CRPC, em que teremos ocupação para a inclusão, com pintura, cerâmica, cestaria, jardinagem, etc. Por outro lado, teremos também o apoio à vida independente, com apoio à família, apoio ao domicílio e apoio à residência, para os mais dependentes e que estejam connosco. Dentro deste apoio ao domicílio e à família teremos ainda a criação do empreendedorismo social e sócio-cultural, que é o desenvolvimento de uma incubadora de inovação social. Esta incubadora terá a capacidade de, através de um take-off com o Montepio, podermos desenvolver iniciativas empreendedoras e inovadoras cujo objetivo é criar emprego".

Para além deste projeto estruturante na área da deficiência e reabilitação, a Fundação pretende ainda implementar o Domus Conimbriga, "um projeto atípico, que é no fundo um espaço residencial, mas que visa recentrar no centro da cidade de Coimbra, o chamado apoio diferenciado", explica Paulo Santos, acrescentando: "Será uma espécie de Centro de Convívio, Centro de Dia, Centro de Bem-estar, Centro de Atividades, que polariza um conjunto de atividades que visam promover a autonomia e a estimulação cognitiva e motora, mas também a inter-relação entre os pares, promovendo a dignidade humana".







Para começar a ser uma realidade, o Domus Conimbriga espera apenas que se efetue a assinatura da escritura do terreno que foi atribuído à Fundação num "concurso camarário em que foi opositora juntamente com outras instituições e que se diferenciou pelo projeto de funcionamento e grande qualidade".

Apostando numa exploração com baixos custos, a estratégia da Fundação passa ainda por "criar algo que crie receitas-extra para benefício de todos os utentes", para além garantir que "todos os setores tem que ser sustentáveis para que as iniciativas sejam cada vez melhores", argumenta Paulo Santos, acrescentando: "Criámos aqui uma máquina que, fruto das grandes atividades da educação, da saúde, da ação social, do desporto e da cultura, permitiu criar uma transversalidade de respostas que visam apoiar a infância, a idade de crescimento e a idade adulta. E estamos a projetar isto para nos próximos 25 anos termos capacidade para ter resposta para 450 pessoas. O nosso sonho é termos aqui um espaço maior, porque, em Coimbra, a cobertura em termos de lares é muito baixa, ou seja, não há lares".

Continuar a "dar de si aos outros" é o lema da Fundação Beatriz Santos, que quer promover a dignidade humana através de um serviço premium low cost.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

TURISMO SOLIDÁRIO

Agência de viagens leva turistas a fazerem voluntariado

Uma agência de viagens de Lisboa especializou-se em turismo solidário, permitindo aos turistas conhecer Portugal e ao mesmo tempo ajudar a limpar o fundo do mar ou distribuir refeições pelos mais carenciados. A ideia surgiu a Rita Marques numa viagem ao sudeste asiático. "Percebi que há pessoas que gostam de viajar de forma a conhecerem a realidade mais profundamente, com ligação aos habitantes locais, enquanto fazem voluntariado para deixarem uma marca positiva por onde passam".

Como em Portugal não existia nada semelhante, no regresso da viagem à Asia, planeou a ImpacTrip, uma empresa de turismo social, que permite aos turistas conhecer o país e participar num dos projetos sociais de mais de 50 instituições de solidariedade parceiras.

"Neste momento, temos programas em Lisboa, Porto e Algarve, por exemplo, mas também temos programas que permitem conhecer parques naturais no Interior, em aldeias com 40 pessoas e em toda a costa portuguesa, que são os programas de mergulho, desde Peniche, ao Algarve e aos Açores", explicou.

O projeto tem duas vertentes complementares: o turista faz de facto turismo, mas também faz voluntariado, em diversas áreas, consoante as suas preferências e competências. As seis principais áreas são o ambiente, o apoio e resgate de animais, a educação infantil, o apoio a pessoas com deficiência, o combate à fome e ao desperdício alimentar e a formação de pessoas em situação de pobreza.

Nas sessões de mergulho, por exemplo, os viajantes podem conhecer o fundo do mar, mas colaborar na limpeza do oceano em locais onde está identificada a existência de lixo.

Em Lisboa "é possível fazer um passeio de tuk tuk zero emissões durante a manhã, ou conhecer a Mouraria com um guia local, almoçar num restaurante típico e, à tarde, ir plantar uma árvore na Ajuda", ensinar crianças de bairros sociais a tocar guitarra ou distribuir comida a sem-abrigo. "Definimo-nos como uma empresa social. O nosso primeiro objetivo é termos impacto social, em termos de apoiarmos as organizações sociais que trabalham connosco. Obviamente que somos sustentáveis e queremos ser sustentáveis, mas a nossa maior preocupação é ter impacto social", realçou Rita Marques.

Por isso, lamentou que em Portugal não exista um enquadramento legal para as empresas sociais. "É isso que nos distingue das outras empresas turísticas e gostávamos muito que houvesse enquadramento legal para sermos realmente e oficialmente uma empresa social", acrescentou.

A empresa tem estado mais vocacionada para o mercado inglês e para o Norte da Europa, mas também tem sido bem recebida - "mesmo acima das expetativas" - por turistas portugueses.

Quanto aos pacotes preferidos, depende do perfil do turista: os mais jovens preferem o eco-mergulho, já as famílias preferem fins de semana em cidade ou programas ambientais.

Um dia inteiro com almoço incluído, guias e transferes custa 48 euros. Um programa de quatro dias com tudo incluído custa cerca de 300 euros por pessoa.

O conceito foi apoiado pelo Programa de Apoio a Empresas Sociais do Banco de Inovação Social da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e recebeu o financiamento de uma das investidoras do programa de TV Shark Tank – Portugal.

Os programas e os contactos estão disponíveis em www.facebook.com/impactrip.



UDIPSS SETÚBAL

Queremos estar perto das instituições

Fernando Sousa é o presidente da União Distrital das IPSS de Setúbal desde o início no ano, uma associada intermédia da CNIS que congrega 130 instituições, um número que, nos últimos tempos, está em claro crescendo. Em Setúbal, as IPSS são cerca de 6% do PIB do distrito e um dos grandes empregadores da região.



SOLIDARIEDADE - Como caratériza o tecido que forma a UDIPSS Setúbal?

FERNANDO SOUSA - Há uma incidência muito grande na Península de Setúbal, onde há uma maior concentração populacional, mas depois temos o Litoral Alentejano, em que também há uma quantidade significativa de instituições e nos últimos tempos tem havido também um aumento significativo de adesões à UDIPSS. Até determinada altura sentiu-se muito a divisão territorial do rio Sado, porque de Almada até Odemira são 200 quilómetros e as pessoas sentiam-se longe e achavam que não valia a pena participarem. Nota-se que a tendência é para aumentar, porque as pessoas têm-nos contactado, consultando-nos e pedindo alguns esclarecimentos, afinal todo aquele trabalho importante de proximidade que para as Uniões é mais fácil, porque conhecem o terreno e as instituições e eles conhecem-nos com mais facilidade do que os dirigentes da CNIS. É óbvio que o presidente da CNIS é conhecido, mas o resto da estrutura não é tão bem conhecida.

Sente que há um despertar das instituições para a necessidade de pertencerem a uma estrutura que lhes dá voz e, no fundo, trabalha para elas?

Sinto que cada vez mais existe uma preocupação das instituições em estar junto das suas estruturas representativas, que tem dado grandes respostas às instituições. As IPSS hoje estão a viver momentos difíceis e estes fazem com que as pessoas queiram continuar e ter possibilidade de responder, mas também de quererem estar mais juntas para que a voz seja una. As instituições demonstram querer ser representadas pela União e acreditam que quando a União parte para uma apresentação de assuntos concretos há uma resposta. O veio mais direto será a União, mas nós temos tido sempre a preocupação de, quando há iniciativas da CNIS, fazer com que as pessoas participem. Quando é longe partilhamos o transporte entre todos, partilhamos as refeições e arranjamos sempre maneira de podermos ir e de os custos não serem muito individualizados. Por outro lado, notamos que, cada vez mais, há necessidade de a União sair mais e ir junto das instituições percorrendo o distrito. Desde que esta Direção assumiu a União já percorremos alguns milhares de quilómetros, visitamos as instituições, vamos lá quando convidados e estamos a praticar a descentralização. Por hábito fazemos uma reunião de Direção na sede e a outra num outro ponto do distrito. E nessas reuniões convidamos todas as instituições da zona para estar na reunião para apresentarem as suas questões e realizações para termos noção das realidades e da nossa representatividade. E já estivemos em Sines, no Barreiro, na Moita, em Alcácer do Sal…

Nesse sentido, como comenta a itinerância do Conselho Geral da CNIS, a que Setúbal aderiu logo no primeiro momento, recebendo inclusive a primeira reunião fora do local habitual, Fátima?

Quando fizemos esta nossa opção logo no arranque do mandato sentimos que era a necessidade e quando no primeiro Conselho Geral em que estivemos presentes e foi proposta pela Direção da CNIS esta descentralização ficámos extramente satisfeitos. Se é o que queremos para o distrito, também o gostaríamos de ter no País. Esta proximidade da CNIS junto dos distritos é visto com muito agrado, porque a CNIS para certas instituições estava ali em Fátima e na sede no Porto, mas com esta saída, e bem-haja quem teve a ideia, faz com que a CNIS tenha mais vida e esteja mais perto dos locais, pese embora tenha conhecimento dos problemas, mas vê e sente a realidade dos distritos. E isto também faz com que as Uniões se conheçam umas às outras e a realidade dos demais distritos e suas populações. Para nós foi uma honra muito grande termos recebido o Conselho Geral.

Como vê o papel do Poder Local no distrito de Setúbal em relação às IPSS?

Apesar de este não ser o momento ideal para as autarquias acolherem as competências que o Governo pretende endossar-lhes, a verdade é que existe, e tem existido, da parte das autarquias do distrito, dentro da sua capacidade e cada uma à sua dimensão, uma grande participação e colaboração com as instituições.

E como é a relação do CDSS com a União Distrital e, em última instância, com as IPSS?

Houve um desenvolvimento grande do número de equipamentos no distrito, porque também houve muitos programas como o PARES I e II, o POPH e outros e o Centro Distrital na altura desenvolveu tudo muito bem e trabalhou connosco. A diretora, a doutora Fátima Lopes, era uma pessoa muito irreverente, mas também muito exigente. No entanto, tinha alguma dificuldade de relacionamento, o que levou a que algumas situações não fossem tão bem encaradas. Com a mudança governamental, vem a doutora Ana Clara Birrento, que é muito curial e prestável, sempre disponível para conversar, mas com alguma dificuldade na relação com as instituições, porque há algumas coisas que, provavelmente serão ordens superiores, se vivem hoje nas instituições e que podem pô-las em causa. O relacionamento é curial, mas depois a prática é que não é, as ações dos serviços, muitas vezes, acabam por deixar as instituições desagradadas com o Centro Distrital. Por exemplo, não contestamos que há um desencontro de verbas relativas aos acordos de cooperação de 2006 a 2008, mas a questão é que para nós essa situação está prescrita. No entanto, e apesar de o senhor secretário de Estado já me ter dito que essa situação está ultrapassada e que as instituições nada têm que pagar, na realidade as instituições, ao contrário do que acontece com as Misericórdias e as Mutualidades, estão a receber os planos prestacionais de pagamento por exigência do Centro Distrital. E mais grave ainda é que quando colocámos esta situação à senhora diretora dissemos-lhe que queríamos ter um tratamento igual a todas as outras instituições e que, tudo aquilo a que se concluísse que as instituições tinham que pagar, nunca fosse feito através de uma dedução direta às comparticipações mensais, porque isso ia criar problemas às instituições. Nem isso sequer foi aceite… e vem do Porto, nem sequer é daqui de Setúbal. Isto está a criar um desconforto e dificuldades muito grandes às instituições.

Há uns anos a Península de Setúbal foi notícia pelas enormes e profundas dificuldades sociais que viveu. Qual é a situação hoje e qual o papel das IPSS?

O distrito de Setúbal, que já há uns anos teve uma crise muito grande, mais uma vez tem uma crise muito complicada. Temos um índice de desemprego extremamente elevado. Muitas das famílias que aqui se instalaram e que viviam do seu trabalho viram-se privados dessa compensação por via do desemprego. Acontece, e ainda bem, que as autarquias tiveram a preocupação de terem, ao longo dos anos, vindo a criar alguns equipamentos. E ainda bem porque foi a forma de se poder dar algum apoio a essas pessoas. As instituições têm tido um papel que devia ser mais considerado pelo Poder Central, porque foram e são elas que conseguem matar a fome a muita gente. Quando apareceu todo este projeto das Cantinas Sociais, sentimos que seria voltar aos tempos da Sopa dos Pobres e toda essa parte que pensávamos estava ultrapassada… Chegar outra vez a uma situação destas foi difícil para a grande maior parte dos dirigentes das instituições, mais das instituições laicas, que voltássemos a esta situação. Houve um trabalho muito importante das comunidades e das autarquias e que as instituições olhassem para as necessidades das pessoas e esquecessem tudo o resto. As instituições abriram as suas portas, criaram respostas para as necessidades das pessoas e não se restringiram aos números emitidos pela Segurança Social de quem era necessitado. É preciso dizer que quando se fala nas instituições, não podemos esquecer os trabalhadores, porque há muito trabalho, por exemplo, a nível das Cantinas Sociais que não há dinheiro que pague.

Pedro Vasco Oliveira (texto e fotos)

CONSELHO GERAL

Amora recebeu a primeira reunião itinerante



A cidade de Amora, concelho do Seixal, acolheu a primeira reunião itinerante do Conselho Geral da CNIS, corporizando assim a iniciativa proposta pela Direção e aprovada por todos os conselheiros no sentido de descentralizar os encontros da estrutura diretiva da Confederação com as Uniões Distritais e Federações associadas.

Sobre o primeiro Conselho Geral fora de Fátima, local habitual destas reuniões por ser mais central, e do Porto, sede da CNIS, o padre Lino Maia começou por partilhar a sua satisfação, dizendo: "Para que nos sintamos construtores da comunidade temos que ir aos locais. Amora está a saber estar e a acolher os outros e a fasquia foi muito elevada nesta receção ao Conselho Geral".

O presidente da CNIS falava antes do arranque da reunião, após um momento musical protagonizado pelo Coro Polifónico da Universidade Sénior do Seixal, findo o qual também o presidente da Câmara Municipal do Seixal, Joaquim Santos, deixou uma mensagem aos conselheiros.

Muito agradado por a escolha ter recaído numa das freguesias do concelho que preside, Joaquim Santos aproveitou a ocasião para dizer que "face ao subfinanciamento das autarquias", também o Seixal "tem grandes dificuldades em apoiar as instituições sociais, quanto mais aceitar mais competências como quer este Governo". Depois o edil anunciou que a autarquia está a elaborar a Carta Social Municipal do Seixal, um documento que elencará "que equipamentos serão necessários para os próximos 10 anos", revelando ainda que o concelho tem "grandes necessidades de equipamentos sociais para a infância e juventude".

Antes já as boas-vindas tinham sido dadas pelo pároco de Amora, o padre Pedro Granzotto, cujas instalações da igreja João Batista Scalabrini receberam a reunião, e ainda pelo presidente da UDIPSS Setúbal, Fernando Sousa, que afirmou ser "uma honra para a União receber a primeira reunião do Conselho Geral fora de Fátima", sublinhando que "no distrito se constroem as coisas com solidariedade", numa referência ao "grande apoio" que a edilidade do Seixal deu para a realização da reunião, fornecendo inclusive o transporte para o restaurante João de Ourique, onde decorreu o almoço dos conselheiros, também ele patrocinado pela edilidade.

Era vasta a ordem de trabalhos do Conselho Geral, tendo sido prestadas diversas informações aos conselheiros, que colocaram vários assuntos a discussão.

Festa a 12 de setembro

Na reunião ficou a saber-se que a IX Festa da Solidariedade acontecerá dia 12 de Setembro em Évora, entre as 10h00 e as 17h00, estando ainda por definir o local concreto. Quanto à Chama da Solidariedade, e para que não repetisse a passagem pela Região Centro, ficou decidido que sairá do Porto, cidade que acolheu a Festa em 2014, no dia 7 de Setembro, rumando diretamente ao distrito de Portalegre, por onde andará nos dias 8 e 9, viajando nos dias 10 e 11 pelo distrito de Évora, chegando ao local da Festa na manhã do dia 12.

Na reunião de Amora ficou ainda decidido que a Festa da Solidariedade realizar-se-á em Coimbra no ano de 2016 e na Madeira no de 2017.

Face à necessidade de atualização dos estatutos da CNIS e das próprias Uniões Distritais por força do Decreto-lei 172-A, os conselheiros foram informados da convocação de uma reunião de todos os assessores jurídicos daquelas estruturas, a acontecer dia 9 de Julho, pelas 15h00, no Hotel Cinquentenário, em Fátima. O encontro com os assessores das Uniões Distritais da área jurídica servirá para, como disse o padre Lino Maia, "acertar pormenores entre todos sobre a revisão dos estatutos e para que haja consenso nas informações a prestar às IPSS".





No mesmo dia, mas com início às

UDIPSS Beja na forja

O primeiro ponto da ordem de trabalhos do Conselho Geral, aprovada que foi a acta da reunião anterior, intitulava-se «Criação da União Distrital de Beja».

De facto, o distrito de Beja é, atualmente, o único que ainda não tem uma UDIPSS constituída, funcionando o padre Trindade Reis como delegado da CNIS para aquele território. No entanto, parece haver um movimento de vontades, encabeçado por Vítor Igrejas, da Associação Escola Aberta, no sentido de se avançar em definitivo para a criação de mais esta associada intermédia da CNIS.

"Não é obrigatório haver União Distrital e não é da competência da CNIS impor a sua criação", começou por esclarecer o padre Lino Maia, acrescentando: "Se as IPSS de Beja quiserem é com elas, se precisarem de apoio da CNIS ele será dado através do padre Trindade Reis".

Portanto, a ideia que ficou entre os conselheiros é de que dentro em breve poderá Beja também ter a sua UDIPSS, a única que falta para todos os distritos estarem cobertas por estas estruturas intermédias da CNIS.









10h00, está agendada uma reunião com todos os membros de todos os órgãos sociais das Uniões Distritais e Federações associadas da CNIS com vista à sua auscultação sobre uma proposta de candidatura da CNIS ao Portugal 2020 que pretende "a criação do trabalho em rede da CNIS com as Uniões Distritais, envolvendo todos os órgãos sociais", como explicou a assessora Palmira Macedo.

A propósito do Portugal 2020, a assessora informou ainda que a CNIS pretende candidatar outras atividades, como "a criação de um gabinete de apoio à Economia Social", "a criação de uma base de dados" e ainda de um modelo de "avaliação de resultados", a grande novidade do novo Quadro Comunitário de Apoio, e que consistirá em "um indicador de resultados que tem que contribuir para o resultado que foi negociado com Bruxelas".

Ainda sobre esta temática, Palmira Macedo informou que a CNIS tem tentado promover junto das CCDR (Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional) a realização de seminários técnicos relativos às candidaturas a Fundos Europeus, mas a ideia apenas ainda foi acolhida pela CCDR Algarve, onde haverá um encontro no próximo dia 3 de Julho.

"Apesar dos vários contatos junto das outras quatro CCDR, a CNIS ainda nada conseguiu", lamentou Palmira Macedo, que informou ainda haver a intenção de promover um seminário técnico específico para o tema da eficiência energética.

Um olhar às CDAAPAC

Na reunião do Conselho Geral foi ainda feito o ponto da situação do Compromisso de Cooperação 2015-2016, com a assessora Filomena Bordalo a prestar diversas informações sobre questões ainda em negociação, tendo sido pedido às Uniões Distritais que façam chegar à CNIS, até ao dia 9 de Julho, a relação das instituições que não estão a receber a compensação aos educadores de infância.

Ainda sobre a cooperação, a Direção da CNIS instou as Uniões Distritais para que "obriguem os Centros Distritais da Segurança Social (CDSS) a convocar reuniões da CDAAPAC (Comissões Distritais de Acompanhamento e Avaliação dos Protocolos e Acordos de Cooperação)", pois, entre outras razões, "o ISS (Instituto da Segurança Social) deu orientações aos CDSS para convocarem reuniões das CDAAPAC a fim de informarem quais as IPSS que serão alvo de fiscalizações".

Palmira Macedo informou que há cerca de 3.200 milhões de euros para atribuir a oito ou nove entidades, no âmbito da Tipologia 3.26, que visa reforçar a capacitação institucional dos parceiros das mesmas, mas "como ainda não há formulários de candidatura o prazo de 15 de Julho deverá ser alargado". Sobre esta questão, a CNIS "defendeu que as Uniões Distritais, pela sua natureza, também deviam ser uma das entidades com possibilidade de se candidatar a esta tipologia.

Conselho das Federações

No sentido de melhorar a prestação da CNIS na defesa de todos os seus associados, o padre Lino Maia lançou a ideia da criação de um Conselho das Federações: "Nesta fase de revisão de estatutos, um dos assuntos que sinto como importante é a criação de um Conselho das Federações, porque estas são um mundo diferente e provavelmente teremos que criar um Conselho das Federações".

Relativamente a novos acordos de cooperação, a informação veiculada na reunião de Amora foi a de que "novos acordos resultam da revisão em baixa e de alguma folga orçamental", sendo que "há margem para novos acordos", referiu Filomena Bordalo.

A isto, o presidente da CNIS acrescentou que a nível "do PARES e do POPH parece haver uma bolsa financeira para novos acordos", instando os conselheiros a comunicarem até ao dia 9 de Julho "as IPSS que tenham novos equipamentos construídos com autofinanciamento ou através de algum programa regional e que não tenham ainda pedido Acordo de Cooperação ou não tenham sido contatadas".

É que, segundo o padre Lino Maia, "há um esforço para que todas tenham Acordo de Cooperação, ainda que não a 100%".

De referir, por fim, que a organização da próxima reunião do Conselho Geral está a cargo da UDIPSS Viana do Castelo, prosseguindo-se assim a política de descentralização destes encontros de trabalho.

Pedro Vasco Oliveira (texto e fotos)



António José da Silva
ajsilva@sapo.pt

Quando os protectores se transformam em agressores

A Amnistia Internacional alertou recentemente para a trágica situação em que vivem algumas populações da Nigéria, vítimas dos repetidos ataques do famigerado grupo radical islâmico Boko Haram. O primeiro líder deste grupo foi Mohamed Yussuf que morreu em combate, dando lugar a Abubakar Shekan, cuja sobrevivência é muito duvidosa nesta altura, mas que se revelou ainda mais fanático e cruel do que o seu antecessor.

Com o rapto de mais de duas centenas de jovens estudantes cristãs destinadas à escravatura, o grupo conseguiu a publicidade necessária para deixar o relativo anonimato jornalístico em que decorria a sua actividade terrorista, não obstante o número de vítimas de que já era responsável. A partir daí, tornou-se notícia frequente nos Meios de Comunicação Social, ou não tivessem os seus ataques provocado, desde o ano de 2009, cerca de 15.000 mortos. Mais chocante ainda é saber que o Boko Haram já organizou, desde então, no vizinho país dos Camarões, o rapto de mais de 1500 crianças de entre os oito e os doze anos, para servirem, entre outros objectivos, de escudos humanos nas suas investidas contra as populações ou contra as forças militares que os combatem.

A utilização das forças militares no combate ao Boko Haram é pois justificada, entre outra razões, para impedir que este grupo se transforme num estado dentro do estado e, sobretudo, para garantir o mínimo de segurança às populações que vivem nas zonas mais afectadas pela sua actividade. Neste cenário, os militares são, à partida, forças de protecção do povo.

Só que a mesma Amnistia Internacional, que tem chamado a atenção para os crimes do Boko Haram, alertava também, no seu último comunicado, para os crimes que estarão a ser cometidos por elementos do próprio exército, acusados de comportamentos intoleráveis entre as populações que deviam proteger, e que se vêem assim encurraladas entre duas ameaças: a que vem dos jhiadistas e a que decorre daqueles junto dos quais buscam e deviam ter protecção. E, segundo a acusação da Amnistia Internacional, não estará em causa apenas o comportamento de soldados, mas também de alguns dos seus chefes, mesmo da alta patente. “Divisas nos ombros e sangue nas mãos”, como se podia ler num jornal, que perguntava ainda: quem nos protege dos protectores? Por outras palavras: quem protege as populações da Nigéria dos seus protectores? Quem vigia os vigilantes?

Esta pergunta já foi feita há bastante tempo, a propósito do comportamento das próprias forças destacadas pela ONU para algumas regiões do mundo, nomeadamente a África, com especial relevo para o Congo. A maioria dos soldados que integram essas forças não merecerá essas queixas, mas muito mal vai o mundo, quando os protectores se transformam em agressores.



Padre José Maia
jose.maia@cic.pt

Jubileu extraordinário da misericórdia (1)

MISERICÓRDIA: é a lei fundamental que mora no coração de cada pessoa.

Muito se tem dito e escrito sobre o “estado desumano” em que se encontra a Humanidade!

Apesar de haver sinais de esperança e motivos de satisfação por muitas conquistas científicas e tecnológicas que trazem respostas animadoras para problemas que julgávamos insolúveis, ao nível, por exemplo, da saúde, do meio ambiente, de uma maior consciência sobre a perceção do Mundo como uma Casa Comum que TODOS temos de cuidar para se tornar habitável, a verdade é que pairam sobre a Humanidade sombras e ameaças que reclamam uma ação conjunta da RAZÃO e do CORAÇÃO!

O Papa Francisco, assumindo a sua responsabilidade de líder da Igreja Católica e numa ação partilhada com outros líderes religiosos e políticos, veio convocar-nos a TODOS, com urgência e veemência, para o papel da MISERICÓRDIA no estabelecimento de uma nova ordem internacional nas relações entre os Povos, mormente através de uma denúncia, sem papas na língua, do poder económico e financeiro que estão a tomar de assalto, através dos famigerados mercados, o poder político, para subjugarem milhões e milhões de cidadãos indefesos, atirando-os para a valeta de novas escravaturas em pleno século xx1!

No dizer do Papa Francisco, “ a misericórdia é a lei fundamental que mora no coração de cada pessoa, quando vê com olhos sinceros o irmão que se encontra no caminho da vida”.

Que bom seria que o ano de 2016 pudesse vir a constar na História como um marco transformador na governação dos Povos e nas relações pessoais, através da valorização da MISERICÓRDIA como princípio orientador das relações fraternas que todos queremos ver concretizadas no CONVIVIO HUMANO! É utopia? Sim. Poderá ser profecia? Talvez!



Foto: D.R.



Henrique Rodrigues
Presidente
do Centro Social de Ermesinde

David e Golias

Por estes dias, Cuba e os Estados Unidos vão reatar relações diplomáticas, ao cabo de mais de 50 anos de conflito.

Com efeito, nos finais da década de 50 do século passado, Fidel Castro, à frente de um exército popular e revolucionário, destituiu a ditadura de Fulgêncio Baptista, que então governava o país.

Essa ditadura servia os interesses das grandes multinacionais norte-americanas, que exploravam em seu proveito as riquezas naturais da ilha, contando com a cumplicidade e as alianças da clique dirigente do entorno de Fulgêncio Baptista.

Após a tomada de poder pelos guerrilheiros da Sierra Maestra, foram nacionalizados os interesses empresariais norte-americanos, o que levou a que o Governo dos Estados Unidos decretasse o embargo comercial a Cuba, embargo levado a cabo, quer pelos próprios Estados Unidos, quer pelos países seus aliados e amigos.

Esse embargo foi efectivo, privando de facto a população da Ilha de um normal abastecimento de bens essenciais, em muito ajudando a eficácia do embargo o facto de Cuba se situar a escassas centenas de milhas do território dos Estados Unidos, na Flórida: no próprio coração do império, para utilizar a semântica heróica que muito marcou a nossa cultura nas décadas de 60 e 70 do século XX.

Enquanto a União Soviética existiu como pátria do socialismo real e grande entreposto do internacionalismo, a experiência cubana constituiu um dos polos do conflito que, à escala mundial, atravessou toda a segunda metade do Século XX: a guerra fria, entre o bloco comandado pela União Soviética – o Pacto de Varsóvia - e aquele em que pontificavam os Estados Unidos – a Nato.

O que sabemos do que foi a vida no dia-a-dia da população, em Cuba, ao longo destas quase 6 décadas de castrismo, não entusiasma uma alma democrata: regime de partido único; inexistência de liberdade de associação, reunião e expressão; repressão da dissidência e da mera discordância; pobreza generalizada; eleições como tínhamos cá, antes do 25 de Abril – com os resultados fixados de antemão.

Não obstante este retrato, de todos conhecido, sempre houve, relativamente a Cuba, neste mesmo nosso Ocidente, uma espécie de tolerância e compreensão, a coberto de um vago perfume revolucionário romântico, à Che Guevara, que faziam ver com indulgência em Cuba ofensas aos direitos humanos que mereceriam - e mereceram - a mais generalizada repulsa quando verificados na Roménia de Ceausescu ou na Polónia de Gomulka.

A razão que explicava – e explica ainda – essa especial tolerância era justamente o facto de Cuba, e o seu "socialismo real", se conseguir manter, durante tantos anos, como uma espinha cravada na garganta do império americano, sem transigir nos princípios nem se render à força do vizinho do Norte.

Quando, num conflito, vemos um fraco e pobre afrontar, só com uma fisga, um poderoso e rico, com todo o arsenal bélico ao seu dispor, o nosso coração e a nossa vontade pende sempre para o lado do primeiro – e só depois é que cuidamos de saber quem terá a razão.

Ou se algum a terá …

2 – Com a Grécia passa-se o mesmo.

À hora a que escrevo, não sei ainda o resultado do referendo.

Não sou grego, não sinto na pele as ameaças nem no peito o orgulho, não voto ao lado dos meus concidadãos europeus do outro extremo do Mediterrâneo.

Não sei nada de finanças públicas, nem me compenetro do discurso sábio dos que a esse aspecto da gestão pública reduzem as nossas opções e a nossa vida.

Não sei quem, por essas contas, terá ou não razão – sabendo bem, no entanto, que a simples contabilidade, numa folha de Exel (creio que é assim que se diz agora…) é muito curta para decidir uma questão central da construção europeia como projecto político de paz e de solidariedade.

Mas o impulso de alma, anarquista ou justiceiro, que silenciosamente nos sussurra que devemos estar do lado dos mais fracos, faz desejar, no íntimo de cada qual, que os gregos vençam esta luta contra um adversário muito mais forte.

Trata-se, ainda por cima, de uma questão entre duas legitimidades hierarquicamente diversas: o Governo de Tsipras foi eleito pelo povo grego; e a Comissão Europeia não só não foi eleita pelos povos da União, como não dispõe, desde há mais de 10 anos, de dirigentes com estatuto à altura da ambição do projecto europeu.

3 – Há ainda um outro aspecto que a provável demissão do Governo do Syriza, no contexto do novo resgate, implicará, e que me deixa alguma desilusão.

Temos tido, no nosso País, após a Revolução de Abril, no essencial, o rotativismo entre o centro-direita e o centro-esquerda, polarizados, os primeiros, no PSD, os segundos, no PS.

(Ou ao contrário… ninguém sabe bem…

Ainda me lembro de, no tempo de Governo do prof. Cavaco Silva, o PSD se reclamar da "esquerda moderna".)

"Vivemos habitualmente", como era a ambição de Salazar para a nossa vida política.

Sem entusiasmos nem ambições – e sem remorsos nem canseiras.

(Mal o velho ditador imaginava que também com eleições livres se pode "viver habitualmente")

Temos, no entanto, como (fraco) consolo, a tranquilidade de saber que, pelo voto, ao fim do mandato, podemos mudar a tribo.

As regras formais da democracia liberal vão-se cumprindo sem reparos.

Na Europa é igual: tanto monta serem partidos conservadores, democratas-cristãos ou sociais-democratas a governar, nada os distingue.

As sucessivas transferências de soberania para a União Europeia, a que vimos assistindo, sem voto nem protesto, esvaziam cada vez mais a margem das diferenças possíveis entre forças políticas diversas.

A União Europeia decide tudo nas nossas vidas – e, do que ainda não decide, quer passar a decidir: desde o calibre dos tomates ao sistema público de pensões, do número de feijões em cada vagem ao défice orçamental, do tamanho dos carapaus aos salários no Estado.

Em breve a assinatura, desejada pelo Bloco Central, em Portugal e na Europa, do Tratado de Comércio Intercontinental porá a protecção social pública ao alcance dos fundos multinacionais americanos dos seguros ou da banca – como o Lehman Brothers.

Ora, desde que o Syriza ganhou as eleições, o conflito do Governo com as organizações credoras tem ocupado toda a agenda mediática.

Ainda não tivemos notícia do que é, em políticas internas concretas, o Syriza a governar os gregos.

Os partidos do bloco central, no essencial das liberdades públicas, não suscitam receios.

A posição dos partidos radicais, sejam da direita, sejam da esquerda, é normalmente mais marcada e nítida, do ponto de vista ideológico, do que o indiferentismo do centro político.

Essa maior nitidez ideológica anda muitas vezes associada – diz-nos a história – a uma maior rigidez a autoritarismo, quando no exercício do poder: cada ideologia tem uma explicação global para o mundo e quer fazê-la vingar, prescindindo com facilidade das liberdades individuais, quando estas conduzam os cidadãos para fora do "caminho justo".

Gostava de ver, neste nosso mundo civilizado, cosmopolita e abúlico da Europa, como correria, para as pessoas concretas, um modelo verdadeiramente alternativo de governo, e se o radicalismo ideológico próprio da oposição política enfraqueceria e se afeiçoaria pragmaticamente às necessidades da vida prática.

Como no Brasil de Lula da Silva e de Dilma Roussef.

Mas os batalhões de Juncker e Lagarde não vão permitir essa experiência.

E uma só fisga não dá para tantos adversários.



CEDIARA, ALBERGARIA-A-VELHA

Criatividade em prol do envelhecimento ativo

Nasceu no papel em 1995, com a aprovação dos estatutos, mas foi apenas 11 anos depois que a Cediara – Associação Centro de Dia de Ribeira de Fráguas, no concelho de Albergaria-a-Velha, iniciou atividade, com a abertura de um Centro de Convívio em instalações provisórias cedidas no Centro Pastoral de Santa Ana.

Dois anos volvidos, em outubro de 2008, a instituição mudou-se para instalações próprias onde à resposta inicial de Centro de Convívio se juntaram todas as outras, à exceção da Saúde Mental para a qual só estabeleceu acordo de cooperação em 2014.

No momento presente, a instituição oferece resposta de Creche (24 crianças), de Centro de Dia (45 utentes), de Centro de Convívio (26), de SAD (26) e de Saúde Mental (10), para além de nas férias escolares promover campos de férias para as crianças em idade escolar da freguesia de Ribeira de Fráguas.

Prémio Instituição de Referência na Promoção do Envelhecimento Ativo, em 2012, e Prémio Socialgest para Melhor Instituição, em 2013, a Cediara realiza um trabalho inovador junto dos idosos que acolhe, sempre com o enfoque no envelhecimento ativo e na intergeracionalidade.

"Desde o primeiro momento que a nossa preocupação é a promoção do envelhecimento ativo e nesse sentido temos desenvolvido várias atividades que o facilitam e promovem", refere Susana Henriques, diretora-técnica da instituição.

Para melhor alcançar os objetivos traçados, a equipa técnica da Cediara deu asas à imaginação e, perante a falta de instrumentos que facilitassem a sua prossecução, deitaram mãos à obra e criaram-nos de raiz. É assim que nascem os jogos e materiais de reabilitação geriátrica, como as Roletas da Memória ou os Bingos Seniores.

Mas comecemos pelo princípio… "Desde há muito que vamos promovendo convívios interinstitucionais, todas as semanas recebemos instituições que nos vêm visitar e com as quais promovemos diversas atividades, mas como notávamos que os utentes do Centro de Dia apresentavam já alguns níveis de dependência, essencialmente do foro cognitivo, percebemos que as atividades que tínhamos não eram suficientes para capacitar os utentes e que precisávamos de investir mais na parte da reabilitação", começa por contar Susana Henriques, prosseguindo: "Em 2011 fizemos uma candidatura ao PRODER, intitulada «Caminhar pela sua saúde», com a qual conseguimos equipar um espaço de fisioterapia para facilitar a estimulação motora dos nossos utentes. Esta questão estava resolvida, mas mantinha-se a da estimulação intelectual e cognitiva. Decidimos, então, desenvolver um trabalho interno, a nível da equipa técnica, e começámos a construir materiais inovadores de acordo com as necessidades de cada utente. Como não existia nada no mercado, ou muito pouca coisa, para a estimulação cognitiva, começámos nós a construí-las. Fizemos vários trabalhos com o intuito da estimulação cognitiva e começámos pela orientação espácio-temporal. Criámos alguns quadros de orientação, não apenas para os utentes do Centro de Dia, mas também para os do SAD, e depois alguns jogos. Começámos por fazer umas roletas, inicialmente em cartolina, mas apercebemo-nos que eram um pouco viciantes e sedentárias, na medida em que não davam para mudar os números nem as equações, e pensámos em avançar para umas que fossem mais dinâmicas. Criámos, então, as Roletas da Memória, que através da empresa Replicar Social também estamos a comercializar, e a partir daí temos feito um conjunto de materiais até para o treino das AIVD (Atividades Instrumentais da Vida Diária) e das AVD (Atividades da Vida Diária)".

Para Susana Henriques, a mentora dos jogos, estes são fundamentais para a reabilitação dos idosos, porque estes "quando são institucionalizados perdem muita capacidade de gestão, pelo que estes materiais são ótimos para fazer o treino das Atividades Instrumentais da Vida Diária".

Para as AVD, a instituição utiliza "alguns pufos e almofadas para fazer treino de motricidade fina, destreza manual e tonicidade, tudo coisas fundamentais para a autonomia dos utentes no dia-a-dia e para as quais não há materiais de suporte", pelo que a instituição teve que os criar.

Ultrapassados estes dois obstáculos, os responsáveis pela instituição tinham o desafio da estimulação sensorial, "que é tão importante como a estimulação física e a cognitiva, pois é através dos cinco sentidos que as pessoas comunicam com o exterior".

Então, começaram por estimular os utentes com alguns tapetes, texturas e outros materiais que criaram na instituição e, com apoio externo, adquiriram material snoezelen, tendo criado uma sala de reabilitação neurológica.

"Em termos de reabilitação os nossos objetivos estão concretizados, se bem que a Cediara é muito empreendedora e tem sempre novas ideias e muita coisa na forja, mas há outra coisa muito importante para nós que é a interação social", destaca





a diretora-técnica, revelando um vasto programa de atividades que a instituição gere e promove e que integra outras instituições de diversos pontos do País: "A Cediara é responsável por dinamizar muitos convívios interinstitucionais e ao longo do ano vamos fazendo vários. Começa em abril ou maio com as Olimpíadas Seniores, em que utentes de outras instituições são desafiados a disputar de uma forma saudável os jogos a concurso; no princípio de junho temos sempre o concurso Miss & Mister Sénior, um exercício de muita criatividade, com várias categorias a concurso como Simpatia, Atitude, Boa Forma e as 1ª e 2ª damas de honor. O júri é sempre composto por elementos das nossas entidades parceiras, um elemento da estética, outro da moda e uma figura pública, normalmente um cantor. Temos ainda o concurso «O Meu Ídolo», em que o objetivo é cada instituição representar um ídolo, e a Festa do Mundo, em que cada instituição representa um país e no final há sempre um lanche partilhado em que cada instituição traz um produto do país que está a representar. No final do ano temos ainda a Arca de Noé, dado que os nossos utentes têm fortes raízes religiosas e a Arca de Noé facilita a representação real da Bíblia".

Apesar de a instituição estar, essencialmente, voltada para a terceira idade, também dá resposta de creche, "por necessidade da freguesia", podendo assim melhor promover a intergeracionalidade, outro dos eixos da sua atividade.

"Apesar de a instituição ter um trabalho muito focado na terceira idade, todos acabam por comungar deste espírito. Em termos da instituição, há um forte convívio intergeracional. A Cediara, através de um prémio da Missão Sorriso, «Pequenos corações, grandes movimentos», lançou um projeto na área da infância, em que o objetivo é a construção de um parque infantil, não só para os nossos utentes da creche, mas também para a comunidade. Esta é uma freguesia bastante envelhecida e rural e muitas das crianças acabam por ter apoio dos avós. O que acontece é que quando entram no 1º Ciclo o nível de desenvolvimento não é comparável ao das crianças que frequentaram o jardim-de-infância. Compete-nos a nós sensibilizar os familiares da necessidade de, primeiro, criar algumas rotinas às crianças e, depois,









de haver alguma estimulação intelectual e maior competitividade na interação com os seus pares, o que é muito importante".

Mas este trabalho entre a instituição e o exterior não se fica por aqui, sendo que os projetos de intergeracionalidade não se restringem aos meninos de creche, que têm atividades semanais fixas, mas também com outras entidades escolares.

"Temos três projetos muito interessantes e ambiciosos com o Colégio de Albergaria: o «Gerações com Vida», em que cada idoso tem um aluno do 6º Ano com o qual se corresponde por carta; o «Young Volun Team», em parceira com o Colégio e a CGD, e que é um projeto de voluntariado com jovens do 11º ano, em que nós sinalizamos o sonhos dos nossos utentes e depois os jovens equacionam a forma de os realizar; e ainda o «Senhores Sabedoria», que já vem de 2007 e em que os nossos utentes vão às escolas dar aulas de história e de cidadania, muitas vezes contadas na primeira pessoa".

Quanto ao futuro, o presidente da Cediara, Albino Silva, fala de "um projeto de intenções para a construção de um lar, que está a começar a mexer", mas "as dificuldades económicas não o permitem e só através de uma qualquer candidatura será possível atingir esse objetivo", sustenta, acrescentando: "Para uma parte dos idosos o lar é uma necessidade, até porque já há idosos desta comunidade que estão em lares fora do concelho, pelo que se justifica perfeitamente a construção de um lar para que possamos manter as pessoas no seu ambiente natural".

O sonho e desejo é antigo e corresponde a uma necessidade real, mas, para já, esbarra nos constrangimentos financeiros.

"A nossa situação económico-financeira não é boa, mas vamos lutando e sobrevivendo dia-a-dia com dificuldades. Felizmente temos pessoas que colaboram connosco. A nível de donativos não somos muito bafejados na medida em que as pessoas da freguesia têm poucos recursos. Em termos financeiros é um bocado difícil, mas temos amigos e padrinhos que nos têm ajudado".

Por outro lado, "para além do plano de atividades interno, temos também um plano de atividades comunitário, em que todos os anos definimos um conjunto de ações e eventos para a angariação de fundos e aí contamos com o esforço da nossa equipa, que é muito dedicada e que tem sido uma grande ajuda para conseguirmos alcançar os nossos objetivos sociais", sublinha Susana Henriques, que revela ainda outros projetos que pretendem desenvolver na instituição: "Vamos avançar com um projeto da Wiiterapi, com a Nintendo, que nos concedeu o papel de instituição-piloto no País para desenvolvermos esta terapia. Depois, queremos alargar todos estes projetos de intergeracionalidade, pelo que estamos à espera da resposta a uma candidatura que fizemos à REN no âmbito do Prémio de Envelhecimento Ativo. Para além deste, temos ainda um outro projeto-piloto, ainda em fase embrionária, no âmbito da Neuróbica".

E como seria Ribeira de Fráguas sem a Cediara? Albino Silva tem resposta pronta: "Seria mais pobre, porque, neste momento, para além do serviço necessário que presta à comunidade, é a entidade que mais emprega na freguesia. Depois, seria a falta de resposta às pessoas com necessidades, essencialmente, as mais idosas. Por outro lado, temos combatido a desertificação e a saída de casais jovens da freguesia, especialmente com a creche".

Quando o SOLIDARIEDADE visitou a Cediara decorria na sala de convívio uma encenação do programa televisivo «O Preço Certo», onde uma colaboradora desempenhava o papel de Fernando Mendes, devidamente engordada para o efeito com almofadas, e os utentes, tal qual os concorrentes, se empenhavam em acertar o preço dos produtos e onde nem faltava uma recheada montra final, onde figurava, entre outros artigos, um automóvel (em segunda mão!) e uma viagem à Madeira… Tudo a fingir, mas que serve para os utentes se manterem despertos para a atualidade e para as mais diversas AVD.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

Roletas e bingos

"As Roletas da Memória surgiram como um instrumento de estimulação cognitiva sobre três temáticas, através dos quais o utente reconhece determinadas funcionalidades e treina a parte linguística, o raciocínio, através do cálculo matemático, e depois a capacitação para autonomia e para as AVD", explica a criadora Susana Henriques, prosseguindo: "Os Bingos Seniores são um instrumento de interação social, em que trabalhamos os sentidos e as reminiscências, através, por exemplo, do Bingo da Viagem ao Passado, onde é conduzida uma viagem à infância e mocidade do utente. Isto implica ainda alguma disputa saudável, através dos Bingos 1 e 2, em que os utentes têm que reconhecer alguns objetos através da identificação sonora".

As Roletas da Memória são os preferidos dos utentes porque "eles notam que estão a adquirir capacidades que estavam perdidas e para eles é a valorização da autoestima e um reconhecimento de que lhes está a fazer bem".

Os jogos já chegaram a diversas instituições nacionais e aos PALOP.

www.trivalor.pt

TRIVALOR
SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA IPSS



O Grupo Trivalor, composto por 14 empresas, está vocacionado para fazer o melhor pela sua IPSS.

Melhore a qualidade dos seus serviços, reduza e controle os seus custos recorrendo ao nosso vasto leque de soluções.

RESTAURAÇÃO SOCIAL E PÚBLICA . EMISSÃO DE TICKETS DE SERVIÇO . SEGURANÇA . LIMPEZAS . MANUTENÇÃO VENDING . FORNECIMENTO DE BENS ALIMENTARES E NÃO ALIMENTARES . GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS

AV. INFANTE SANTO, 21 A · 1350-177 LISBOA
TELEF.: 21 042 00 05 / 21 042 06 06
FAX.: 21 042 00 98 / 21 424 94 88
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

TRIVALOR

CONSELHO PORTUGUÊS

Acolhimento de refugiados podia ajudar distritos desertificados



A presidente do Conselho para os Refugiados, Teresa Tito Morais, acusou os líderes europeus de "falta de solidariedade" para com os refugiados, considerando que a ausência de quotas obrigatórias de acolhimento vai "agravar" o problema.

Os chefes de Estado e de Governo dos 28 países da União Europeia (UE) concordaram em repartir entre si 40.000 refugiados da Síria e da Eritreia nos próximos dois anos, embora com base em quotas voluntárias.

A presidente do Conselho Português para os Refugiados (CPR) disse que as conclusões que saíram do conselho europeu foram "dececionantes". "As expectativas que tínhamos não eram muito elevadas pelas atitudes que alguns países europeus estavam a tomar de restringir e de criarem mais dificuldades ao acolhimento de refugiados. Daí que o não estabelecer as quotas pode ainda agravar a situação, no sentido em que cada país com os seus egoísmos próprios e falta de solidariedade vai proceder de acordo com os seus interesses, deixando para segundo plano as suas obrigações internacionais", afirmou.

Teresa Tito Morais adiantou que Portugal deverá receber 1.700 refugiados ao abrigo do mecanismo de realocação e 704 pessoas pelo mecanismo temporário de reinstalação. "O CPR considera que a situação dos refugiados é de emergência humanitária e, por isso, devem ser acelerados todos os dispositivos para que se concretize o acolhimento das pessoas que estão em risco", frisou.

No entender da responsável, adiar as situações e atrasar as soluções só vai contribuir para o agravamento do problema humanitário. Por isso, Teresa Tito Morais defendeu que têm de ser criadas condições urgentemente para acolher os refugiados. "Vamos criar uma plataforma que reúne organizações da sociedade e governamentais no sentido de criarmos, de efetivarmos possibilidades de acolhimento. Vamos contactar as câmaras municipais e fazer um levantamento de zonas do país que possam ter condições para acolher as pessoas", sublinhou.

Apesar de Portugal ainda estar em crise, a presidente do CPR considerou que o país ainda tem potencial por desenvolver. "No país existem várias zonas, distritos, onde há desertificação e que poderia ser uma mais-valia para os refugiados. Refiro-me à agricultura e outros serviços que estão sem pessoas. Estes refugiados podem ajudar a desenvolver o nosso país", concluiu.

De acordo com a proposta da Comissão Europeia apresentada em maio o número de refugiados a acolher por país é determinado com base no Produto Interno Bruto (PIB), na população total e ainda na taxa de desemprego e nos refugiados.

Além dos 40 mil refugiados da Síria e da Eritreia, que a UE irá acolher nos próximos dois anos, serão ainda reinstalados 20 mil refugiados que estão fora da Europa em situações de emergência, sobretudo no norte de África, no Corno de África e no Médio Oriente, no total de 60 mil migrantes ao abrigo dos mecanismos aprovados.

TSR
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

JUNTO DAS:
INSTITUIÇÕES PARTICULARES SOLIDARIEDADE SOCIAL
SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA
ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

CONSULTE-NOS EM
WWW.TSR.PT
[+351] 939 729 729
TSR@TSR.PT

SOLIDÁRIOS CONSIGO, HÁ 20 ANOS
OBRIGADO

TSR - CONTABILIDADE ESNL
TSR - UTENTES IPSS
TSR - UTENTES CT (AT)
TSR - IMOBILIZADO ESNL
TSR - PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA (ACSS)
TSR - ORDENADOS
TSR - UNIDADES DE SAÚDE
NOVO TSR - PROCESSOS CLÍNICOS
TSR - STOCKS
TSR - SISTEMA INTEGRADO DE TESOURARIA
(UTENTES, BANCOS, ASSOCIADOS, RENDAS, CAIXAS E PAGAMENTOS A FORNECEDORES)
TSR - QUALIDADE
TERCEIRA IDADE, INFÂNCIA E JUVENTUDE
TSR - VIATURAS
TSR - ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
TSR - PROCESSOS CLÍNICOS RESIDENTES

100% CLIENTES SATISFEITOS

DEMONSTRAÇÕES GRATUITAS SEM COMPROMISSO
GRÁTIS

ASSISTÊNCIA REMOTA
NOVO CONCEITO VIA INTERNET

ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
GRATUITA

INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
NAS VOSSAS INSTALAÇÕES

RUA DOS CUTILEIROS, 2684 1º - SALA 11
APARTADO 1071 EC LAMEIRAS
4836-908 GUIMARÃES

TLF.: [+351] 253 408 326 (3L/BA)
FAX: [+351] 253 408 328

BRAGANÇA

Santa Casa da Misericórdia festeja 497 anos

A Santa Casa da Misericórdia de Bragança (SCMB) celebrou no dia 6 de Julho, 497 anos de existência. As comemorações decorreram nos dias 3 e 4 de Julho, na praça Cavaleiro Ferreira, em Bragança, com um vasto programa de atividades abertas à comunidade.

O principal destaque foi para a área da saúde dado que a instituição promoveu, um rastreio de "Observações de Lesões Cutâneas" com a colaboração da Liga Portuguesa Contra o Cancro. Esta foi a primeira vez que se realizou um rastreio do género no distrito, onde o risco de exposição ao sol é muito elevado, sobretudo para quem trabalha no campo. O diagnóstico superou todas as expetativas já que foram mais de 400 pessoas que passaram pelo espaço do rastreio. Após a triagem, foram feitas cerca de 130 observações e detetados oito casos para serem vistos pelo médico da especialidade. "Este tipo de iniciativa pretende sensibilizar e desmistificar a teoria de quem só vai à praia é que tem que ter cuidados específicos. Pelo contrário, quem trabalha ao ar livre, ou na agricultura, no mundo rural, também está sujeito a fatores de risco", explicou Alexandra Santos da Liga Portuguesa Contra o Cancro.

Além da pele, decorreu também o rastreio do Cancro Oral, com uma equipa de médicos dentistas, estomatologistas e uma médica de oncologia, que realizou mais de 200 rastreios. Paralelamente, a instituição promoveu, durante os dois dias, outros rastreios de saúde com profissionais da instituição desde avaliação da tensão arterial, glicémia, colesterol, índice de massa corporal e sessões gratuitas de fisioterapia.

O programa do aniversário incluiu, igualmente, outras atividades que abrangem todas as respostas sociais como a infância, com o Espaço Infantil, a terceira idade, com o Espaço Sénior, o ambiente com um Roadshow ambiental e animação musical. Um aniversário comemorado com muitas atividades já a pensar nos 500 anos



de existência.

No âmbito do aniversário, Eleutério Alves, provedor da SCMB, anunciou a constituição do Gabinete de Inserção Social (GIP) no âmbito da Rede Local de Inserção Social. Trata-se de um gabinete que pretende, em estreita cooperação com as unidade locais do IEFP, prestar apoio a jovens e adultos desempregados na inserção no mercado de trabalho.

MIRANDA DO CORVO

Funcionários da Fundação ADPF têm prémios de natalidade

Desde 2008, a organização oferece 500 euros às suas funcionárias pelo nascimento de um filho. A partir do terceiro filho, ou seguintes, o prémio sobe para 750 euros por bebé. Posteriormente, num critério de igualdade de sexos, estes prémios de apoio à natalidade foram também atribuídos aos funcionários homens. Neste espírito de apoio à maternidade e paternidade responsáveis, a ADFP vai criar novas medidas de suporte para os seus colaboradores. Caso tenham filhos com idades inferiores a 16 anos, os funcionários vão ter a possibilidade de trabalhar a tempo parcial, com flexibilidade de horário. No caso de filhos com deficiência grave este direito pode ser prolongado até à maioridade. Assim sendo, as mães ou os pais podem optar por trabalhar apenas 4 ou 3 dias na semana, desde que essa redução seja para apoiar o crescimento e desenvolvimento dos filhos. Os colaboradores do quadro, com crianças até aos 3 anos, poderão mesmo requerer isenção completa de horário, sem perda do vínculo à entidade patronal. A Fundação ADFP – Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional, é uma Instituição de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, criada em 1987 e sediada em Miranda do Corvo. A Fundação ADFP investe em pessoas através da criação e inovação de respostas sociais, orientadas para o convívio intergeracional. Trabalha na integração de crianças, jovens, mães vítimas de maus tratos, idosos, minorias étnicas, pessoas com deficiência e/ou doença mental, bem como na promoção do desenvolvimento local sustentado.

FUNDAÇÃO O SÉCULO

Serviço de turismo social acolheu mais de 6500 pessoas em dois anos

A Fundação O Século acolheu mais de 6.500 pessoas durante os dois primeiros anos do serviço de turismo social, que arrancou a 17 de junho de 2013 no Estoril. Num comunicado, a Fundação adianta que "este negócio social, em apenas dois anos de atividade, acolheu mais de 6.500 pessoas, registando mais de 2.000 reservas".

Neste serviço de turismo social "é dada prioridade a instituições de solidariedade, que beneficiam de preços mais reduzidos e acessíveis, no entanto qualquer pessoa pode ficar hospedada no Turismo do Século e a procura tem sido significativa", refere.

A Fundação O Século passou a disponibilizar, a partir de 17 de junho de 2013, 27 quartos para turismo social, a preços que variam entre os 21 e os 45 euros por dia.

Divididos em 12 suites com vista de mar e 15 quartos duplos, os alojamentos situam-se no edifício da instituição, que aproveitou a sua localização no Estoril, favorecida com acesso direto à praia, para avançar com este projeto.

Em dois anos de funcionamento, os portugueses, seguidos dos espanhóis, franceses, alemães, holandeses, brasileiros e britânicos, foram quem mais procurou a unidade de alojamentos da Fundação.

O alojamento no Estoril "é um dos três negócios sociais lançados pela Fundação O Século com o objetivo de tentar obter receitas com vista à autossustentação da instituição, após o encerramento da Feira Popular de Lisboa e o incumprimento do protocolo por parte da Câmara Municipal de Lisboa".



Sobre a Desigualdade

Salário Mínimo e Salário Máximo (2)



José Figueiredo
Economista

Os salários mínimos fixados na lei do estado são hoje uma coisa banal – existem em praticamente todos os países do mundo desenvolvido.

O argumento decisivo para a implementação de salários mínimos foi, e continua a ser, de natureza moral. No plano da pura economia há fortes argumentos contra a instituição de salários mínimos legais.

O mesmo fundamento moral que nos levou aos salários mínimos deveria ter conduzido ao conceito de salário máximo. Se concedêssemos à moral a voz mais forte deveríamos ter hoje em dia salários máximos um pouco por todo o lado. Contudo, não existe, que eu saiba, um único país do mundo desenvolvido que tenha criado a figura do salário máximo.

Tenho dificuldade em perceber porque achamos moralmente repugnante que uma pessoa com um trabalho honesto não ganhe o mínimo para uma vida decente e não temos a mesma repugnância pelo facto (actualmente banal) de o administrador executivo (CEO) de uma grande empresa cotada em bolsa ganhar num mês o que um trabalhador médio dessa empresa ganha numa vida inteira.

Como explicar este enviesamento moral?

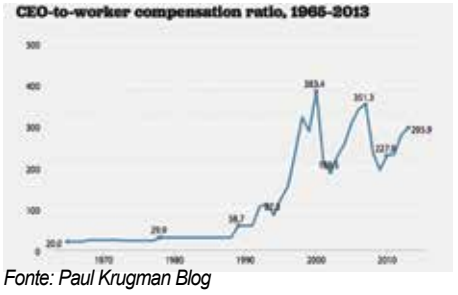
Não sei dizê-lo de ciência certa. Posso, como sempre, alinhar algumas hipóteses:

1. O fenómeno é recente

É verdade – estamos a falar de algo que no passado não tinha a mesma expressão quantitativa.

No tempo de Milton Friedman, os economistas liberais tinham de fazer alguma ginástica intelectual para justificar os salários dos CEO das grandes cotadas, na altura, tipicamente à roda de 20 ou 30 salários médios das empresas.

Com a revolução liberal dos anos 80 (Reagan em US e Thatcher em UK) o volante começou a rodar.



Fonte: Paul Krugman Blog

No entanto, foi nos anos 90 que o grande salto ocorreu. Porventura ainda não nos demos suficientemente conta da dimensão do absurdo para nos revoltarmos contra ele.

Não deixa de ser curioso que este pulo colossal nas remunerações de topo tenho coincidido com a presença da "esquerda liberal" no poder – nos Estados Unidos, Bill Clinton e, mais tarde, em 97, Tony Blair em Inglaterra.

2. É perigoso mexer no vespeiro

De facto pode ser como o demonstra a experiência no Reino Unido. No Reino Unido a ideia de um salário máximo já foi pensada embora apenas para o sector público. Uma comissão especializada, a pedido do parlamento, chegou a propor um número que seria o máximo pagável, por ano, em qualquer instituto público – 225.000 libras o que equivale a mais ou menos a 315.000 euros.

Embora possa parecer que o número não é particularmente limitativo, a verdade é que a proposta não passou. Em parte porque se temia que, com essa remuneração, não fosse possível recrutar pessoas altamente qualificadas para o serviço público. Por exemplo, o actual governador do Banco de Inglaterra, provavelmente não seria Mark Carney se existisse um tecto salarial no sector público inglês…

Mas, para o Reino Unido, o maior problema estaria no sector privado. Londres é o segundo centro financeiro do mundo e o mais importante da Europa. Se fosse fixada uma remuneração máxima legal, válida para todos os sectores, é muito provável que muitas das operações financeiras sofisticadas que hoje parqueiam na City, migrassem para paragens onde remunerações de alguns milhões de dólares por ano não fossem ilegais…

A experiência nas terras de Sua Majestade prova que o caso não é simples!

3. Não é garantido que as super remunerações sejam um problema real – não é inevitável que exista imoralidade

Num mercado livre os factores são pagos pela produtividade marginal. Se o CEO tem uma produtividade marginal de 100 milhões de euros por ano onde está o escândalo?

Sem dúvida que o talento é uma coisa rara e preciosa. Podemos ver isso no desporto onde os superdotados obtêm remunerações fabulosas. Se um jogador de futebol de topo, um piloto de automóveis ou um jogador profissional de golfe pode ganhar milhões de dólares por ano porque diabo não pode ter remunerações idênticas um gestor excepcionalmente talentoso?

Não haveria nada a opor se as coisas fossem assim tão simples. Contudo convirá não esquecer alguns detalhes.

Desde logo muitos cargos de topo no mundo corporativo (mais na Europa que nos Estados Unidos) são ocupados não pelos mais talentosos mas por herdeiros. Na Europa ainda são raras as empresas familiares que têm uma gestão profissional independente da família. Pode dar-se o caso de alguém acumular um enorme talento para a gestão com o facto de ter nascido na família certa mas serão, em princípio, casos raros.

Depois, mesmo nos casos em que a gestão é profissional, como garantir que a remuneração está adequada à "produtividade marginal"?

É certo que as remunerações de topo compreendem em geral uma larga proporção de pagamento variável em função da obtenção de determinados objectivos corporativos: resultados líquidos ou crescimento do negócio, por exemplo. Pode dizer-se que o dinheiro que gestor ganha é apenas uma pequena parte do valor que acrescenta aos accionistas e à sociedade e que, portanto, não existe imoralidade na sua remuneração.

Não excluo que isso seja verdade nalguns casos, em que o talento pessoal e específico do gestor é decisivo para consecução dos resultados, ou seja, ninguém senão ele teria conseguido aqueles resultados.

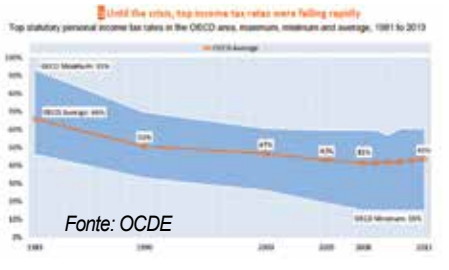
Mas estes casos são raros. Na maioria dos casos que conheço os resultados são atingidos por equipas sendo que, se em vez do gestor A lá estivesse o gestor B, os resultados seriam sensivelmente os mesmos a não ser que o gestor B fosse alguém muito pouco dotado ou um tanto preguiçoso. Ou seja, na maioria dos casos não há nada de estritamente pessoal, que só aquela pessoa tenha, que justifique uma "produtividade marginal" supostamente elevada.

Há aliás um argumento quase anedótico que mostra que não é a produtividade marginal que explica o crescimento dos salários de topo. Na verdade esse fenómeno é, acima de tudo, um fenómeno anglo-saxónico. Ora não consta que os gestores anglo-saxónicos sejam assim tão mais produtivos que os restantes…

4. Mesmo que as super remunerações sejam um problema real o sistema de impostos progressivos trata do caso.

De facto, já foi assim no passado recente. Ainda não há muitas décadas era mais ou menos consensual nas sociedades mais desenvolvidas do mundo que remunerações excepcionalmente gordas deveriam pagar taxas marginais de imposto muito elevadas. Até à revolução liberal dos anos 80 as taxas marginais de imposto superavam os 80% no Reino Unido e nos Estados Unidos rondavam os 70%.

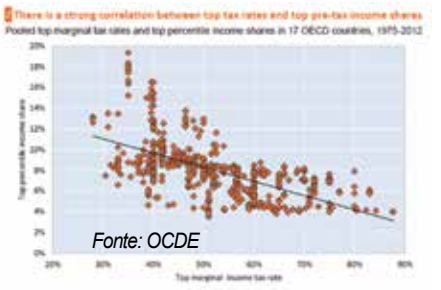
Contudo, hoje as taxas marginais de imposto médias dos países da OCDE estão 23 pontos por baixo dos valores do início dos anos 80 pelo que o argumento de que a progressividade do sistema fiscal resolve o problema é falso.



Fonte: OCDE

Curiosamente a evidência empírica insinua mais ou menos o contrário, isto é, que a redução das taxas marginais de imposto acelerou o crescimento das remunerações de topo.

Aparentemente existe uma correlação forte entre as taxas marginais de imposto e o share dos 1% do topo no total de rendimento, ou seja, quanto mais reduzimos as taxas marginais de imposto sobre o rendimento (beneficiando os



Fonte: OCDE

mais ricos) maior é a desigualdade na distribuição dos rendimentos antes de impostos.

Nunca devemos perder de vista que correlação não é o mesmo que causalidade. No entanto, talvez exista mesmo um nexo causal. Na verdade, onde as taxas marginais de impostos são muito altas o incentivo para outorgar salários milionários é mais baixo. O incentivo para exigir um salário de 5 milhões de dólares por ano pode ser mais baixo se acima do primeiro milhão 90% forem direitinhos para o ministério das finanças.

Em resumo, não é fácil encontrar argumentos que justifiquem a ausência de um sério problema moral colocado na esfera pública nem o quase silêncio que a hipótese do salário máximo convoca.

Contudo também não é verdade que o problema do salário máximo seja um mero devaneio de intelectuais – há países onde o tema é levado muito a sério

A Suíça colocou recentemente a referendo a possibilidade de limitar o salário máximo pagável numa empresa a um múltiplo de 12 vezes o salário mínimo da companhia. É fácil perceber o valor moral da regra: se queres ganhar muito dinheiro trata de pagar melhor aos teus trabalhadores…

A verdade é que o referendo perdeu 65/35. Não duvido que o referendo foi legal e que a votação foi limpa e justa. Mas não tenho a certeza que as pessoas tenham votado em completa liberdade. Claro que as grandes companhias (Nestlé, Roche, Syngenta, etc.) foram avisando que caso o referendo passasse mudariam as sedes para outros países…

Em todo o caso, mais de 1/3 dos eleitores suíços acha que deve existir uma limitação nos salários mais altos que uma empresa pode pagar.

Naturalmente que a solução referendada na Suíça não é uma solução milagrosa. Os gestores das companhias poderiam sempre fazer outsourcing das funções com salários mais baixos (por exemplo, os serviços de limpeza) e com isso aumentar o salário mínimo da companhia e logo o salário máximo que poderiam auferir.

Em todo o caso as experiências no Reino Unido e na Suíça, apesar de fracassadas, mostram que a o tema não está morto.

Espero bem ainda viver o bastante para ver salários máximos tão banais como hoje são os salários mínimos.

Sogenave®
Distribuição alimentar
As melhores marcas.

40 anos a servir
as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de produtos alimentares e não alimentares, que lhe permite abastecer-se integralmente com um único fornecedor.

Adicionalmente, e caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- **Ementas validadas por nutricionistas;**
- **Capitações adequadas;**
- **Soluções económicas;**
- **Sugestão de encomenda com base na ementa;**
- **Estime e controle os seus custos.**

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de recepção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos. A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.





TEMOS A SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS
NORTE: 220 406 990 / 911 047 280
SUL: 210 420 000 / 916 185 205
www.sogenave.pt

apcer ISO 9001 apcer ISO 14001 apcer ISO 22000 IQNet

SOGENAVE - Sociedade Geral de Abastecimentos à Navegação e Indústria Hoteleira, S.A.
Lisboa • Rua da Garagem, 10 • 2794-022 Carnaxide • Porto • Rua das Cardosas, n.º 1495 • S. Pedro Fins • 4425-510 Maia

V.M. Pinto



Moçambique: 40 anos de independência

Ficha Técnica

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 **Fax:** 22 600 17 74 -
e-mail: jornal.solidariedade@gmail.com **Director:** Padre Lino Maia
Editor: V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira, Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo
Paginação: Carmo Oliveira - **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia
Tiragem: 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

POPULAÇÃO PORTUGUESA

Portugal continua a perder gente

Portugal perdeu cerca de 52.500 habitantes em 2014 em consequência de um saldo natural negativo e de números na emigração superiores à imigração, anunciou o Instituto Nacional de Estatística (INE).

De acordo com o INE, a 31 de dezembro de 2014 a população residente em Portugal cifrava-se em 10.374.822 pessoas, menos 52.479 que em 31 de dezembro de 2013, dados que se traduzem "numa taxa de crescimento negativa de 0,5%, reflexos da conjugação de saldos natural e migratório negativos".

Segundo os dados revelados pelo Instituto Nacional de Estatística, apesar do número de óbitos de residentes ter diminuído (104.790 em 2014 contra 106.545 em 2013), também diminuiu o número de nados-vivos (82.367 em 2014 contra 82.787 no ano anterior), o que resultou num saldo natural negativo (número de óbitos superior ao número de nascimentos) de 22.423 pessoas.

Já o saldo migratório no final de 2014 cifrou-se em menos 30.056 pessoas, apesar do número de imigrantes permanentes (19.516) ter subido quase 2.000 face a 2013 e do número de emigrantes (49.572 em 2014) ter diminuído em mais de 4.000 relativamente a 2013.

O ÊXODO CONTINUA

Em 2014 saíram de Portugal cerca de 85 mil pessoas para ocupações temporárias no estrangeiro, mais 10 mil do que em 2013, revelam dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

O número de emigrantes temporários em 2014 cifrou-se em 85.052, o maior de sempre, mais 10.730 do que em 2013 e mais 28.072 do que o registado em 2011, o primeiro ano em que o INE disponibiliza registos.

Já o número de emigrantes portugueses permanentes cifrou-se em 49.572 em 2014, contrariando, pela primeira vez, a tendência de crescimento que se vinha registando desde 2009.

Segundo o INE, entre 2009 e 2013 o número de emigrantes permanentes subiu sempre - de 16.899, em 2009, para os 53.786 em 2013 (o valor mais elevado desde 2004) - e regrediu, em 2014, para 49.572, menos 4.214 pessoas do que no ano anterior.

Em relação ao número de imigrantes permanentes, os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística revelam um aumento face a 2013 (19.516 contra 17.554), ainda assim longe dos números de 2009, ano em que Portugal acolheu, de forma permanente, 32.307 imigrantes.

O número de imigrantes permanentes subiu entre 2004 e 2009 (de 21.093 para 32.307, mais 11.214 pessoas), caiu entre 2009 e 2012 para as 14.606 pessoas e tem vindo a subir desde então.

De acordo com os mesmos dados, em 2014 Portugal perdeu cerca de 52.500 habitantes, em consequência de um saldo natural negativo (número de óbitos superior ao número de nascimentos) e emigração superior à imigração, ainda assim um valor mais baixo do que o máximo da última década, atingido em 2013, quando o país perdeu 59.988 pessoas.



